



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
COORDENAÇÃO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO PRESENCIAIS DE
LICENCIATURA EM LETRAS
LICENCIATURA EM LÍNGUA PORTUGUESA

MAXWEL LOPES MARTINS

LIVRO DIDÁTICO NA EJA: ANÁLISE SOB PERSPECTIVA DA
SOCIOLINGUÍSTICA EDUCACIONAL

João Pessoa-PB

2024

MAXWEL LOPES MARTINS

**LIVRO DIDÁTICO NA EJA: ANÁLISE SOB PERSPECTIVA DA
SOCIOLINGUÍSTICA EDUCACIONAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Coordenação do Curso de Letras, do Centro de
Ciências Humanas, Letras e Artes, da Universidade
Federal da Paraíba, como requisito para a obtenção do
grau de Licenciada em Letras – Língua Portuguesa.

Orientador/a: Prof. Dr^a. Fernanda Rosário de Mello

João Pessoa -PB
2024

MAXWEL LOPES MARTINS

**LIVRO DIDÁTICO NA EJA: ANÁLISE SOB PERSPECTIVA DA
SOCIOLINGUÍSTICA EDUCACIONAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Coordenação do Curso de Letras, do Centro de
Ciências Humanas, Letras e Artes, da Universidade
Federal da Paraíba, como requisito para a obtenção do
grau de Licenciada em Letras – Língua Portuguesa.

Orientadora: Prof. Dr^a. Fernanda Rosário de Mello

Aprovado em 09 de outubro de 2024

BANCA EXAMINADORA

Prof^a Dra. Fernanda Rosário de Mello
(Orientador/a – UFPB)

Prof^a Dra. Mariana Lins Escarpinete
(Examinador 1- UFPB)

Prof^a Dra. Eliana Vasconcelos da Silva Esvael
(Examinador 2- UFPB)

João Pessoa-PB
2024

Catalogação na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

M386l Martins, Maxwell Lopes.

Livro didático na EJA: análise sob perspectiva da sociolinguística educacional / Maxwell Lopes Martins. - João Pessoa, 2024.
65 f. : il.

Orientador: Fernanda Rosário de Mello Mello. TCC (Graduação) - Universidade Federal da Paraíba/Centro de Ciências humanas, Letras e Artes, 2024.

1. Sociolinguística educacional. 2. Ensino da língua portuguesa. 3. Livro didático. 4. EJA(Educação de jovens e adultos). I. Mello,

UFPB/CC nanda Rosário de Mello.

HLA II. Título.

CDU

801:37

Dedico este trabalho de conclusão de curso a Deus, o autor de tudo que há; a minha mãe Vilma Lopes Martins, que sempre esteve ao meu lado; e ao meu pai Márcio Lopes Martins (in memoriam), meu incentivador desde o início.

AGRADECIMENTOS

Agradeço às pessoas que me acompanharam nessa trajetória, aos amigos e colegas de curso, que, direta ou indiretamente, contribuíram para esse objetivo; e aos professores que pavimentaram o caminho para a concretização desse grande propósito.

Aos familiares que me apoiaram, em especial à minha mãe, Vilma Lopes Martins. Sua dedicação no cuidado, na fé, nas orações, em toda minha vida esteve comigo, no luto, nas tristezas, nas dificuldades, mas nunca deixou de ser inspiração de força, coragem e determinação.

Obrigado à minha orientadora Fernanda Rosário de Mello. Uma excelente docente, sem a qual não teria conseguido concluir essa tarefa, que de forma paciente, atenciosa, conduziu meus passos para execução desse trabalho. Sou grato por seu direcionamento e amabilidade, que foram fundamentais, um grande exemplo de profissional que motiva e influencia minha trajetória acadêmica.

Dessa forma, quero agradecer em primeiro lugar, a Deus, por ter proporcionado esse momento, por ter me dado forças em dias de dificuldades, da mesma forma que expressei minha sincera gratidão por estar vivendo essa etapa.

Obrigado a todos!

“Minha pátria é a língua portuguesa.”

Fernando Pessoa

RESUMO

O presente trabalho concentra-se na área da Sociolinguística Educacional e teve como objetivo geral analisar dois livros didáticos de língua portuguesa destinados à Educação de Jovens e Adultos (EJA) no município de Jacaraú-PB, sendo o primeiro submetido ao Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e outro adquirido na sua ausência. Teve como finalidade verificar se estes apresentam aspectos sociolinguísticos, alinhando-se aos pressupostos da Sociolinguística Educacional. No que se refere aos procedimentos metodológicos, utilizou-se a abordagem qualitativo-interpretativista, com base no roteiro de análise proposto no livro "Nada na Língua é Por Acaso", de Bagno (2007) e, posteriormente, foram examinados os aspectos que ele chama de "erros" pedagógicos para o ensino variacionista (Bagno, 2013). Para embasar essa análise, foram utilizados como referencial teórico autores alinhados à perspectiva do mesmo movimento sociolinguístico, tais como Bagno (2007, 2013), Bortini-Ricardo (2004) e Faraco (2008), entre outros. Os resultados obtidos mostraram que o segundo livro didático analisado da editora Eureka apresentou mais erros, ou seja, ausências de elementos que seguem os preceitos da Sociolinguística Educacional, em relação ao primeiro, da editora Moderna, que foi submetido ao PNLD. Isso destaca a importância do programa na escolha dos livros didáticos utilizados na escola, assim, reforçando a necessidade de uma seleção criteriosa das obras didáticas, garantindo um ensino de língua portuguesa mais eficaz e condizente com as necessidades e características dos alunos da EJA.

Palavras-chave: Sociolinguística educacional; Ensino da língua portuguesa; livro didático; EJA.

ABSTRACT

This study focuses on the area of Educational Sociolinguistics and aims to analyze two Portuguese language textbooks intended for Youth and Adult Education (EJA) in the municipality of Jacaraú-PB, Brazil. One textbook was submitted to the National Textbook Program (PNLD), while the other was acquired independently. The purpose is to determine whether these textbooks present sociolinguistic aspects and are aligned with the premises of Educational Sociolinguistics. Methodologically, a qualitative-interpretative approach was employed, based on a questionnaire proposed in Bagno's book "Nada na Língua é Por Acaso" (2007), followed by an examination of aspects identified as "errors" in "Sete Erros aos Quatro Ventos" (2013) by the same author. The analysis is supported by theoretical references from authors aligned with the same sociolinguistic perspective, such as Bagno (2007, 2013), Bortini-Ricardo (2004) and Faraco (2008), among others. The results obtained showed that the second textbook analyzed from the publisher Eureka presented more errors, that is, absences of elements that follow the precepts of Educational Sociolinguistics,, from the Moderna publisher, which underwent PNLD scrutiny. This underscores the program's significance in textbook selection, emphasizing the need for careful selection to ensure effective Portuguese language education tailored to the needs and characteristics of EJA students.

Keywords: Educational sociolinguistics; Teaching the Portuguese language; textbook; EJA..

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Capa LD 1 – EJA Moderna 2014	59
Figura 2 - Poema: Triste partida	60
Figura 3 - Parte das variações - página 27	60
Figura 4 - Parte das variações – Página 28	62
Figura 5 - Questionário – Página 29	62
Figura 6 - Capa LD 2 - Eureka	63
Figura 8 - As várias formas de comunicação	63
Figura 7 - As várias formas de comunicação	63

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

BNCC – Base Nacional Comum Curricular

EJA – Educação de Jovens e Adultos

FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

LD – Livro Didático

MEC – Ministério da Educação e Cultura

PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais

PNLD – Programa Nacional do Livro Didático

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
1.1 Procedimentos metodológicos	16
1.2 Estrutura do trabalho	18
2. HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL E EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: BREVE APONTAMENTOS	19
2.2 História da Educação no Brasil	19
2.2 A Educação de Jovens e Adultos	21
3. MATERIAIS DIDÁTICOS NA EJA E A IMPORTÂNCIA DO PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO	25
3.1 Materiais didáticos na EJA	25
3.2 Plano Nacional do Livro Didático e EJA	27
4. SOCIOLINGUÍSTICA EDUCACIONAL E O CONTEXTO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	33
5. ANÁLISE DE DADOS E DISCUSSÃO	42
5.1 Análise do LD 1: EJA Moderna 2014	42
5.2 Análise do LD 2: Eureka	49
CONSIDERAÇÕES FINAIS	54
REFERÊNCIAS	57
ANEXOS	60

1. INTRODUÇÃO

O uso do livro didático (LD) na Educação, de um modo geral, é de grande importância no âmbito escolar, visto que, além de auxiliar no direcionamento do currículo escolar, orienta o professor sobre quais assuntos ele poderá abordar conforme a necessidade da turma a qual se está ensinando, seja ela ensino fundamental, médio ou Educação dos Jovens e Adultos (EJA).

Acerca dessa última, a Educação de Jovens e Adultos compreende uma modalidade cujo principal objetivo é ofertar uma educação inclusiva, eficaz e transformadora para alunos que não conseguiram alcançar os objetivos educacionais propostos em suas respectivas épocas escolares.

Dessa maneira, a EJA configura-se como uma importante modalidade no que diz respeito à inclusão e a realocação escolar de pessoas que não tiveram oportunidades de estudos. Essa modalidade possui um público específico que é marcado por questões intergeracionais e histórias de vida distintas. Essas pessoas fazem parte de um grupo que, por alguma razão, distanciou-se do contexto escolar para se dedicar ao trabalho e/ou outros fatores excludentes.

O público da EJA é, majoritariamente, constituído por sujeitos da zona urbana e rural, privados de liberdade, indígenas, quilombolas, pessoas com deficiência, homens, mulheres, adolescentes, ou seja, é o reflexo da configuração do Brasil em sua diversidade e em sua desigualdade. A modalidade, assim, expõe o “Brasil profundo” conforme conceitua Moura (2016). Nesse sentido, Moura e da Silva (2016, p. 9) explicitam que “a diversidade não está apenas na idade, mas também nas subjetividades de jovens, adultos e idosos que constituem de forma heterogênea suas histórias de vida, aspectos culturais, sociais, históricos.”

A EJA, ainda, destaca-se por suas características singulares, dadas as particularidades de seus aprendizes. A instrução destinada a esse público não pode simplesmente imitar os padrões da educação formal voltada para a faixa etária convencional. Contudo, é evidente que, na realidade brasileira atual, essa metodologia ainda persiste em grande parte dos estabelecimentos de ensino.

Historicamente, a modalidade tem enfrentado períodos de avanços e retrocessos. Desde sua implementação, a EJA foi e ainda continua sendo negligenciada em relação ao seu público-alvo, não apenas pelos órgãos oficiais, como também pela sociedade em geral, pois “... o menosprezo pela educação dos adultos e a atitude de condená-los definitivamente ao

analfabetismo [...] incidem no erro sociológico de supor que o adulto é culpado de sua própria ignorância” (Negreiros, 2015, p. 62).

Essa negligência em relação à Educação de Jovens e Adultos (EJA) perpetua uma injustiça social que priva indivíduos do acesso a um instrumento fundamental para sua participação plena na sociedade contemporânea. Desse modo:

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) representa uma dívida social não reparada para com os que não tiveram acesso a e nem domínio da escrita e leitura como bem social, na escola ou fora dela, e tenham sido a força de trabalho empregado na constituição de riquezas e na elevação de obras públicas. Ser privado deste acesso é, de fato, a perda de um instrumento imprescindível para uma presença significativa na convivência social contemporânea (Melo, 2006, p. 9).

Com isso, compreende-se que enfrentamos um problema estrutural, e não individual, como muitos ainda consideram. Segundo a Constituição Brasileira de 1988, "a educação é direito de todos e dever do Estado". Portanto, se esses indivíduos se encontram nessa situação, considera-se falha do Estado e é necessário implementar meios pelos quais essas pessoas possam recuperar, de certa forma, o "tempo perdido". Para isso, é de suma importância promover o debate sobre esses sujeitos e o tipo de educação necessária para eles, levando em consideração suas especificidades.

Para atingir esse objetivo inclusivo é preciso de uma união esforços e de iniciativas que possam garantir as concretizações das metas 8 e 10 do Plano Nacional de Educação (PNE), ligadas à oferta de educação escolar para o público adulto. Sendo assim, considera-se que, além de condições de permanência e metodologias voltadas para esse público, uma outra iniciativa importante pode ser a utilização de materiais didáticos apropriados para essas pessoas; neste estudo abordaremos, especificamente, o livro didático ligado à EJA, pois a falta de ações voltadas a esse propósito educativo pode acabar comprometendo a qualidade dessa modalidade.

O livro didático é considerado um instrumento catalisador para o professor, pois ele possui um “leque” de possibilidades que englobam diversas habilidades que auxiliam no desenvolvimento dos chamados multiletramentos¹, como temáticas diversas, textos, recursos

¹ A pedagogia dos multiletramentos surgiu como resposta às crescentes transformações de ordem tecnológica, cultural e linguística que estavam ligadas às mudanças profissionais, cívicas e pessoais, resultando no manifesto *The Pedagogy of Multiliteracies: Designing Social Futures* (Hissa, Souza, 2020, p. 566).

gráficos, exercícios etc. Dessa forma, considera-se o seu uso importante, tanto para o docente quanto para o aluno.

O livro didático, no entanto, herda, muitas vezes, aspectos da estrutura que remete ao ensino tradicional da língua e que poderá servir como instrumento de manutenção desse modelo, por isso a relevância de observar se os livros didáticos estão sintonizados com os avanços da ciência da linguagem e da educação. Nesse sentido, podemos levar em consideração que o ensino de Língua Portuguesa ainda mantém o forte predomínio e exclusividade da norma padrão e das regras gramaticais oficiais que deixam de lado a amplitude da língua, seus aspectos sociais, a variação e o distanciamento com oralidade (Bagno, 2013).

Em se tratando da Educação de Jovens e Adultos, essa realidade torna-se ainda mais prejudicial, uma vez que o público dessa modalidade é representado por pessoas que foram excluídas e estigmatizadas por suas histórias de vida, ou seja, são cidadãos do campo, dos bairros periféricos, dos menos escolarizados, são grupos possuidores de linguagens que, por meio de uma construção sociocultural, foram estigmatizadas, ignoradas e reduzidas a “erro” por não acompanharem a norma padrão (Bagno, 2017).

Nesse sentido, percebe-se que existe uma problemática nessa questão, visto que os materiais didáticos que deveriam estar em consonância com as especificidades dos alunos da EJA não possuem uma linguagem completamente adequada para esse público considerado tão diverso. Desse modo, faz com que o professor esteja sempre atento em relação a sua prática, bem como sua linguagem ao repassar o conteúdo.

Dado o exposto, considera-se pertinente realizar estudos que abordem como os livros didáticos são elaborados para o público da EJA, a fim de verificar se esses estão em consonância com os pressupostos da própria modalidade, bem como com os fundamentos da Sociolinguística Educacional.

A proposta da Sociolinguística Educacional contraria a estrutura tradicional, abordando uma visão moderna do ensino de Língua Portuguesa. Esse pressuposto apresenta uma abordagem heterogênea da língua, um olhar crítico sobre a norma-padrão (Bagno, 2013). Essa concepção configura-se como um movimento que tem como uma das pioneiras a sociolinguista professora Stella Maris Bordini-Ricardo, que vem atuando para desenvolver e fortalecer esse movimento. A pesquisadora observa fatores não só linguísticos, mas também os sociais e culturais para atingir o melhor parecer sobre o retrato da língua exercida no Brasil (Bagno, 2017).

O movimento sociolinguístico educacional é a ação que tem como seus principais objetivos possibilitar que brasileiros não letrados tenham acesso à cultura letrada, o reconhecimento da diversidade linguística e a abordagem contextualizada do ensino. Além disso, a EJA desempenha o papel crucial de instruir e motivar, fornecendo aos professores ferramentas e métodos de ensino que abordem questões linguísticas, normas e variedades estigmatizadas da língua, capacitando-os para ações eficazes em sala de aula (Bagno, 2017).

O movimento também concentra esforços na conscientização e desmistificação da ideia de "erro", destacando que esse conceito não é estritamente linguístico, mas sim sociocultural. Reconhece-se que existem diferentes formas de expressão, de comunicação e de compreensão. Nesse sentido, o papel da Sociolinguística Educacional é essencial na promoção da equidade educacional e valorização das diversas manifestações linguísticas presentes na sociedade. Além disso, ela busca levar essa compreensão para dentro da sala de aula, onde é fundamental reconhecer e respeitar as diversidades linguísticas dos alunos (Bagno, 2017).

Assim, é possível observar da persistência do ensino tradicional que historicamente se baseou na norma gramatical de Portugal. Esse estilo de ensino utiliza uma linguagem que não reflete a vivência linguística do Brasil, o que pode resultar dificuldades de compreensão da língua. Essa desconexão entre a realidade linguística cotidiana e o que é ensinado na escola é apontada como um dos motivos responsáveis pela falta de clareza no processo de ensino da língua (Bagno, 2015).

A partir dessa problemática, pretende-se, neste estudo, responder a seguinte questão de pesquisa: os livros didáticos de língua portuguesa utilizado na Educação de Jovens e Adultos da rede pública do município de Jacaraú-PB estão contribuindo para o ensino voltado à Sociolinguística Educacional?

Nesse sentido, o objetivo geral dessa pesquisa é analisar dois livros didáticos de língua portuguesa destinados à Educação de Jovens e Adultos que tiveram circulação no município de Jacaraú-PB, a fim de observar se há aspectos sociolinguísticos presentes nas obras e, em caso afirmativo, se estão em consonância com os pressupostos da Sociolinguística Educacional.

Para isso, foram elaborados os seguintes objetivos específicos: a) analisar os livros didáticos, b) observar os elementos da sociolinguística educacional, evidenciando a relação entre identidade cultural e variação linguística; c) avaliar os efeitos dos contextos históricos e sociopolíticos na aplicação e aquisição do livro didático de língua portuguesa para Educação de Jovens e Adultos (EJA); d) evidenciar os efeitos das ações políticas na educação no Brasil,

os processos decisivos no que diz respeito ao PNLD, como também as transformações sociopolíticas que podem ter causado impacto nos procedimentos de aplicação do livro didático de língua portuguesa na modalidade EJA.

Para alcançar os objetivos elaborados, optou-se por realizar uma análise comparativa de dois livros didáticos, em busca de compreender como os LDs de Língua Portuguesa utilizados na Educação de Jovens e Adultos têm se apresentado no ambiente escolar, bem como os panoramas que podem ter impactado no procedimento de implementação do livro didático voltado para EJA. Para tanto, foram realizados estudos teóricos para subsidiar a análise, tendo como principal referência a Sociolinguística Educacional.

1.1 Procedimentos metodológicos

Para fins metodológicos, primeiramente foram selecionados dois livros didáticos de Língua Portuguesa, foram utilizados nos ciclos III e IV (6º ao 9º ano) da EJA na Escola Municipal Senador Ruy Carneiro na cidade de Jacaraú na Paraíba, livro este trabalhado por um professor da escola, o profissional que, durante uma conversa, apontou o problema existente, e que foi semente para o início da análise.

O primeiro livro foi adquirido a partir do edital de 2014 do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e o segundo foi adquirido na ausência do programa pela Prefeitura Municipal de Jacaraú-PB no ano de 2020.

Os livros escolhidos foram:

LD 1: EJA MODERNA de Língua Portuguesa da autora Virgínia Aoki (Aoki, 2014). Esse livro serve de manual para uma série de quatro livros multidisciplinares voltados à Educação de Jovens e Adultos, produzido e aprovado pelo PNLD no ano de 2014. O foco de análise foi o 6º ano e a sua escolha justifica-se pelo fato de esse ser o livro mais recente adquirido através do PNLD e utilizado na escola em questão.

LD 2: EJA: Ensino Fundamental 4, da autora Luana Vignon (Vignon, 2020). Esse livro segue as orientações da BNCC e é um exemplar multidisciplinar, assim como todos os livros voltados à EJA. Com 63 páginas destinadas ao ensino de língua portuguesa, o volume 4 equivale aos 6º e 7º anos. Sua escolha se deu em uma conversa com um professor do referido órgão público, no qual o educador relatava sobre a sua constatação a respeito do material que estava sendo disponibilizado pela Prefeitura do Município. Ele constatou que o livro não foi submetido ao PNLD e, em sua opinião, os exemplares adquiridos não atendiam ao

fornecimento de uma estrutura pedagógica adequada. O material didático carecia de elementos tais como ilustrações, textos que realizassem intertextualidades com as vivências dos alunos, havia predomínio do ensino de gramática, entre outros fatores que, na opinião do professor, não eram suficientes para realizar o processo de letramento adequado, ou seja, não possuía elementos de compreensão da língua e da aproximação da relação entre o professor e aluno.

O trabalho metodológico abordado na presente pesquisa, que tem como eixo a análise comparativa entre dois livros didáticos, consiste em uma análise textual. A escolha desse método se justifica pela necessidade do olhar para os materiais oferecidos à modalidade de jovens e adultos, visando endossar a importância do ensino voltado à Sociolinguística Educacional.

Nesse sentido, o tipo de pesquisa configura-se como pesquisa qualitativa-interpretativista, de cunho documental. Para Zanette (2017), pesquisa qualitativa é a mais adequada quando se trata de estudos em educação, pois para que essa pesquisa seja relevante, é essencial que o pesquisador se coloque na perspectiva dos participantes e compreenda a realidade através de seus olhos. Isso se torna uma forma de estabelecer uma conexão entre a vida e o objeto de estudo. Nesse sentido:

Em oposição a esse desmembramento da realidade em variáveis manipuláveis 'laboratorialmente', a investigação qualitativa assenta numa visão holística da realidade (ou problema) a investigar, sem a isolar do contexto 'natural' (histórico, socioeconômico e cultural) em que se desenvolve e procurando atingir a sua 'compreensão' através de processos inferenciais e indutivos (construindo hipóteses durante e depois da análise dos dados). Pode dizer -se que este é o aspeto central e nuclear da investigação qualitativa, que aqui encontra a sua unidade, para além da diversidade de objetos e de objetivos (investigação das experiências de vida, dinâmicas subjetivas da sociedade e da cultura, linguagem e comunicação), estratégias e de métodos usados, como teremos oportunidade de verificar (Amado, 2014, p. 41).

Mesmo quando não há participantes diretos, como na análise de livros didáticos, a abordagem qualitativo-interpretativista ainda é pertinente, pois se concentra em compreender o significado subjacente nos materiais estudados, neste caso, os livros didáticos. Assim como na pesquisa com participantes, o pesquisador interpreta o conteúdo dos livros, buscando compreender a realidade apresentada sob a ótica do autor e do público-alvo. A análise interpretativa dos livros didáticos permite uma compreensão mais profunda das

representações, ideologias e valores transmitidos através desses materiais, contribuindo para uma abordagem mais crítica e contextualizada da educação.

Desse modo, o cerne de uma pesquisa qualitativo-interpretativista reside na ênfase dada ao sentido e à interpretação que o pesquisador atribui aos seus dados. Nessa abordagem, o que importa não são os números absolutos, generalizações ou porcentagens, mas sim as interpretações, as análises feitas pelo pesquisador com base nos seus dados (Silva, 2016).

Para promover uma forma mais eficaz de compreensão à comparação, foram realizadas categorias de análise. Essas divisões foram criadas para garantir a organização da análise sobre a verificação da Sociolinguística nos livros, das diretrizes curriculares, das exposições de conteúdos e da diversidade linguística. Essas categorias serviram de análise e comparação entre os dois livros didáticos de maneira objetiva.

Após a seleção dos livros que serviriam como objetos de comparação, foram estabelecidos critérios com base na Sociolinguística Educacional. A aplicação desse método se deu através das perguntas delineadas no livro "Nada na Língua é Por Acaso" de Bagno (2007), visando analisar os livros didáticos em relação aos conceitos da Sociolinguística Educacional. O questionário utilizado para essa análise encontra-se detalhado nos Anexos A e B.

A comparação dos livros didáticos foi realizada de maneira sistemática e sequencial. Cada parte da análise foi visualizada individualmente em ambas as obras e, em seguida, foi feita a comparação interpretativa entre elas. Os resultados foram firmados de forma a buscar as diferenças e singularidades encontradas, buscando uma visão ampliada sobre os conteúdos.

1.2 Estrutura do trabalho

O presente trabalho está dividido em cinco seções: a primeira é a **Introdução**, que visa trazer uma contextualização do tema e apresentar os objetivos de pesquisa, bem como os procedimentos metodológicos de modo que o leitor compreenda como o estudo foi realizado.

A seção II é intitulada **História da Educação no Brasil e Educação de Jovens e Adultos: breves apontamentos** e traz um breve recorte histórico de como a educação se constituiu no Brasil e, em seguida, discorre um pouco acerca da história da EJA e sua organização.

Na seção III, intitulada **Materiais Didáticos e a importância do Programa Nacional do livro didático**, é abordado um entendimento acerca do que são materiais didáticos e qual sua importância no contexto escolar, dando ênfase ao uso livro didático e como o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) é realizado, como também sua contribuição para a escolha efetiva de livros didáticos na EJA.

A seção IV, intitulada **Sociolinguística Educacional e a Educação de Jovens e Adultos**, traz uma perspectiva do que é a Sociolinguística Educacional e sua importância no contexto da EJA.

Na seção V, intitulada **Análise de dados e discussão**, o foco recai no cerne da pesquisa, que representa a análise dos dois livros didáticos a partir dos aportes metodológicos e referencial teórico.

Por fim, são apresentadas as **considerações finais** da pesquisa, trazendo a comparação dos dois livros didáticos e elencando algumas sugestões.

2. HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL E EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: BREVES APONTAMENTOS

Para compreender como a Educação de Jovens e Adultos foi e é organizada no Brasil, faz-se necessário compreender, ao menos, parte da história de como a educação se firmou no país. Nessa direção, pretende-se, neste capítulo, delimitar um breve histórico do desenvolvimento educacional brasileiro desde a chegada dos jesuítas até os dias atuais, bem como discorrer sobre a Educação de Jovens e Adultos no Brasil.

2.2 História da Educação no Brasil

Segundo Miranda, Souza e Pereira (2016) as primeiras iniciativas de educação no Brasil datam do período colonial. Liderados pelo Padre Manuel da Nóbrega, os jesuítas chegaram à colônia portuguesa com o objetivo de catequizar os indígenas. As ações educativas iniciadas por eles se mantiveram por mais de 200 anos, lançando as bases do processo educacional brasileiro.

Nas palavras de Strehlow (2010), as ações dos jesuítas sobre a educação junto aos indígenas não foram apenas voltadas para o âmbito de ensino acadêmico, mas seu objetivo

principal era a instrução para aspectos práticos da vida como plantio, o tratamento com a terra e ensinamentos religiosos.

Essas primeiras ações sobre a educação no país eram vistas como instrumento para realização de catequese, ou seja, os jesuítas moldavam culturalmente os indígenas para inseri-los à comunidade colonial. Por um lado, isso pode ser interpretado como um esforço para "civilizar" os povos indígenas de acordo com os padrões europeus da época. Por outro, também pode ser visto como uma estratégia de dominação e controle por parte dos colonizadores que buscavam consolidar seu poder sobre as populações nativas.

À medida que a colonização portuguesa se expandia pelo território brasileiro, os jesuítas continuavam a estabelecer missões e a converter os povos indígenas. No entanto, houve conflitos com outros colonos, principalmente devido aos interesses econômicos e territoriais. Concomitantemente, ocorriam tensões de como a influência da Companhia de Jesus era exercida na sociedade portuguesa, visto que que essa influência chegava a superar em autoridade a monarquia do país. É dessa tensão que o Marquês de Pombal decide pela expulsão dos jesuítas dos territórios portugueses (Ferreira Jr., 2010; Fausto, 2009 *apud* Souza, 2018).

A introdução da educação pelos jesuítas teve consequências resistentes na história do país, influenciando não apenas o desenvolvimento da religião e da cultura, mas também moldando as estruturas sociais e políticas ao longo dos séculos. Essa fase inicial da educação no país estabeleceu as bases para futuras políticas educacionais e teve um impacto significativo na formação da identidade nacional.

Avançando ao longo dos anos, após a queda do Império e a instauração da primeira Constituição após a Proclamação da República em 1891, temos a Constituição Brasileira de 1934, também conhecida como Carta Magna que, em seu artigo 150 estabeleceu a necessidade de definir um Plano Nacional de Educação que compreendesse todos os graus de ensino, sendo eles comuns ou especializados, e coordenar a sua execução em todo território nacional (Brasil, 1934).

Nesse período foi estabelecido, então, que o dever da educação é de responsabilidade do Estado e foi determinado que o governo deveria ofertar o ensino de maneira gratuita a todos, também incluindo os adultos que não puderam terminar seus estudos no ensino regular (Brasil, 1934).

Atualmente, no que diz respeito aos aspectos linguísticos, a influência de Portugal continua a desempenhar um papel significativo no Brasil, especialmente no que se refere à

norma culta da língua portuguesa. Tal influência não só contribui para a estigmatização de diferentes variantes linguísticas, especialmente no contexto educacional, como também remonta à colonização portuguesa que deixou marcas profundas na língua e na cultura brasileira.

A norma culta, fortemente baseada na variedade linguística praticada em Portugal, é frequentemente valorizada e incentivada nas instituições educacionais brasileiras, muitas vezes em detrimento das variedades linguísticas regionais ou populares. Isso pode resultar na marginalização e estigmatização de falantes que não se enquadram nos padrões da norma culta, perpetuando, assim, desigualdades linguísticas e sociais.

Nesse contexto, a Sociolinguística Educacional desempenha um papel importante ao destacar a diversidade linguística presente na sociedade brasileira, como também na promoção de uma educação linguística mais inclusiva e sensível às variedades linguísticas e contextos sociais dos alunos.

E no que diz respeito à EJA, os estudos em SE tornam-se ainda mais urgentes, visto que os alunos dessa modalidade possuem experiências de vida diversas, oriundas de diferentes regiões do país e com diferentes históricos educacionais. Nesse sentido, a seguir trataremos um pouco acerca da EJA.

2.3 A Educação de Jovens e Adultos

Pode-se afirmar que a Educação de Jovens e Adultos, em seu sentido formal, apresenta registros que datam do período imperial. Strelhow (2009) relata que, com a expulsão dos jesuítas em 1759, a educação entra em colapso e, a partir, daí a responsabilidade de organizar a educação passou para o Império. Em 6 de setembro de 1878, com o decreto imperial nº 7.031/1878, foram criados os primeiros cursos noturnos para homens.

Atualmente, a Educação de Jovens e Adultos configura-se como uma modalidade educacional que visa garantir oportunidade para alunos de 15 anos ou mais que não tiveram a oportunidade de concluir as etapas de estudos na idade adequada. A oferta, hoje, ocorre no Ensino Fundamental – Anos Finais, e Ensino Médio, e tem como principal foco incluir essas pessoas que abandonaram seus estudos em suas épocas escolares. (Brasil, 2014).

A EJA possui uma relevante característica que é a sua flexibilização, pois deve ofertar metodologias e estratégias voltadas para a realidade desse público, bem como possuir turmas

com diferentes horários que se adaptem às realidades dos alunos. Ainda assim, no entanto, a modalidade enfrenta desafios como a evasão escolar e a desvalorização por parte da sociedade e do Poder Público.

A década de 1940 foi um período crucial e determinante para a Educação de Jovens e Adultos, pois, nesse período, campanhas educacionais abrangentes foram lançadas em todo o país, concentrando-se especialmente nesse grupo de alunos. Em 1947, foi estabelecido o Serviço Nacional de Educação de Adultos (SNEA) juntamente com o Conselho de Educação de Adultos do Brasil (CEAA), marcando o início da primeira grande campanha nacional de combate ao analfabetismo (Colavitto; Arruda, 2014).

Já na década de 1960, as movimentações se intensificaram no que diz respeito a educação de adultos, a exemplo do Sistema Rádio Educativo da Paraíba (SIREPA), que tinha como objetivo evidenciar a educação dos jovens e adultos por meio da rádio, utilizando a mídia radiofônica como ferramenta educativa para alcançar uma audiência mais ampla, especialmente aquela que enfrentava desafios no acesso à educação formal. Durante 10 anos, esse meio foi utilizado por diversas áreas em todo país (Strelhow, 2009).

Em 1964, com o golpe militar ocorrido no Brasil, as iniciativas da educação voltadas para o público adulto foram suprimidas e somente em 1967 surgiu a iniciativa do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL). Esse programa tinha como objetivo principal combater o alto índice de analfabetismo no país que, na época, era extremamente elevado. O programa foi uma resposta às demandas sociais por educação e foi implementado em larga escala, envolvendo diversos setores da sociedade. Seu período de atuação foi de 1960 até 1985 (Cunha, 2009).

O Mobral tem sua história bastante conhecida, embora a produção sobre ele seja pequena. Estruturou-se como fundação, com poderosa coordenação nacional e comissões coordenadoras em praticamente todos os municípios. Com integral apoio dos governos militares e recebendo transferências vultosas da Loteria Esportiva e doações do empresariado, deduzidas do Imposto de Renda por elas devido, foi a campanha de alfabetização mais ampla e mais rica, o que lhe permitiu produzir farto material didático, centralizado em plano nacional, e importantes investimentos na formação de pessoa (Fávero; Freitas, 2011, p. 376).

O MOBRAL, sem dúvida, representou um esforço significativo por parte do governo para lidar com o problema persistente do analfabetismo no Brasil. O programa foi uma

resposta importante às demandas sociais por educação e reconheceu a necessidade urgente de alfabetizar milhões de adultos que haviam sido excluídos do sistema educacional formal.

No entanto, o MOBREAL enfrentou uma série de críticas e desafios, sendo uma das principais críticas a sua abordagem simplista e mecânica da alfabetização, muitas vezes baseada em uma aprendizagem puramente memorização de sílabas e palavras, em vez de promover uma compreensão mais profunda da linguagem e da leitura.

Além disso, o programa foi criticado por sua falta de sustentabilidade a longo prazo. Embora tenha conseguido alfabetizar muitos adultos durante sua existência, o MOBREAL não foi capaz de efetivar medidas eficazes para garantir a continuidade da educação e a inserção desses adultos em níveis educacionais mais avançados, e também, importante ressaltar, que a proposta conduziu um trabalho direcionado para a mão de obra, com intenções de aumentar a capacidade de leitura para fins meramente mercadológicos.

Nesse contexto, surge, então, através da iniciativa do Ministério da Educação em 1985, a Fundação Educar que levava a proposta de redemocratização voltada ao ensino de jovens e adultos, iniciativa essa que durou 5 anos. A fundação tinha como objetivos centrais a colaboração com o avanço da educação no país, especialmente com foco em iniciativas que visavam à inclusão social, à melhoria da qualidade do ensino e o desenvolvimento de metodologias pedagógicas inovadoras.

Já no ano de 1996, foi publicada a lei nº. 9.394/96, chamada de a nova Lei de Diretrizes da Educação Nacional - LDB (Vieira, 2004). É importante ressaltar que a Lei representa um marco na história da educação brasileira na retomada democrática e no reconhecimento da educação como direito fundamental e da garantia de que todos os brasileiros tenham acesso. Essa lei é a base para formulações de documentos que norteiam o sistema educacional até hoje. A LDB traz, em seu texto, como será organizada o sistema educacional brasileiro, elencando os princípios e objetivos da educação, currículo, financiamento, entre outros. Nesse sentido, a LDB desempenha um papel fundamental na garantia de acesso à educação de qualidade para todos os brasileiros, independentemente de sua origem socioeconômica ou local de residência. Ao estabelecer princípios como igualdade de condições, valorização dos profissionais da educação e gestão democrática, a Lei promove uma educação mais inclusiva e democrática.

No artigo 37 de seu texto, a lei expõe que “a Educação de Jovens e Adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria” (Brasil, 2017). Desse modo, a LDB expõe a importância da

gratuidade da educação, não somente para crianças e adolescentes, mas também para jovens e adultos que não tiveram acesso aos estudos em suas respectivas épocas. A lei também destaca a importância de assegurar o acesso e a permanência dos jovens e adultos nas escolas em todo o país.

Seguindo nos avanços educacionais, em 24 de junho de 2005, foi publicado o decreto nº 5.468 que marcou um importante avanço na integração da educação profissional ao ensino médio. Esse decreto estabeleceu diretrizes para a Educação de Jovens e Adultos (EJA) com o objetivo de fornecer competências profissionais aos alunos do Ensino Médio. Essa medida visava não apenas fortalecer a formação acadêmica dos estudantes, mas também prepará-los para ingressar no mercado de trabalho com habilidades práticas e técnicas (Brasil, 2005).

Em 2006, o decreto (nº 5.840/06), lança um programa para toda a Educação Básica, sendo então denominado de Programa Nacional de Integração de Educação Profissional com a educação básica (PROEJA), na educação de jovens e adultos (Brasil, 2006).

A gratuidade da EJA e a integração da educação profissional ao ensino médio são medidas importantes para garantir o direito à educação para todos os cidadãos brasileiros, independentemente de sua idade ou condição socioeconômica. Essas medidas contribuem para a construção de uma sociedade mais justa e democrática, na qual todos os indivíduos têm a oportunidade de se desenvolver e alcançar seus objetivos.

A educação profissional integrada ao ensino médio desempenha um papel crucial na promoção da igualdade de oportunidades e no desenvolvimento socioeconômico das camadas mais baixas da sociedade. Ao oferecer formação técnica e profissionalizante em conjunto com a educação acadêmica tradicional, essa abordagem prepara os jovens para o mercado de trabalho, ao mesmo tempo em que lhes proporciona uma base sólida de conhecimento geral. Sobretudo quando estamos tratando da EJA, visto que os alunos dessa modalidade geralmente têm experiências de vida e necessidades educacionais diferentes daquelas dos estudantes mais jovens. Assim, integrar a educação profissional a esses programas permite adaptar a oferta educacional para atender às demandas específicas desse grupo, oferecendo oportunidades de aprendizado relevantes, significativas e aplicáveis ao contexto de trabalho atual.

A modalidade, no entanto, sofreu variáveis transformações ao longo dos anos no Brasil e ainda vem atravessando mais desafios. A Pandemia da COVID-19 que afetou o mundo em 2020, por exemplo, foi um fator que expôs a fragilidade de uma modalidade repleta de paradigmas, como a EJA. Nesse sentido, faz-se necessário, pois, repensar as práticas que vem ocorrendo nessa modalidade, a fim de fomentar debates acerca do

investimento não só na infraestrutura das escolas, na formação de professores e na criação de políticas públicas que incentivem a participação dos jovens e adultos na educação, como também na garantia de acesso de permanência desses indivíduos.

Diante dessa problemática, surge a necessidade de repensar as práticas na Educação de Jovens e Adultos (EJA), sendo então crucial considerar o papel dos materiais pedagógicos e didáticos nesse processo. A falta de recursos adequados ou a má aplicação deles podem contribuir ainda mais para a exclusão desses indivíduos.

A próxima seção deste trabalho irá abordar como a seleção e o uso adequado de materiais pedagógicos e didáticos na EJA são essenciais para tornar o aprendizado mais acessível e significativo para os estudantes adultos, contribuindo assim para superar os desafios enfrentados por essa modalidade educacional.

3. MATERIAIS DIDÁTICOS NA EJA E A IMPORTÂNCIA DO PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO

Os materiais didáticos desempenham um papel fundamental no processo de ensino e aprendizagem em todos os níveis de educação, inclusive na Educação de Jovens e Adultos (EJA). Eles são recursos essenciais que auxiliam os professores na transmissão de conteúdos, no estímulo à participação dos alunos e na promoção de uma aprendizagem significativa. A professora Maria Lajolo ressalta que todo elemento que contribui para a efetivação de aprendizagem como: cadernos, mapas, lápis de cor, giz e lousa, mapas, livro didático, entre outros, é material escolar (Lajolo, 1996, p. 3).

Nesse sentido, pretende-se, neste capítulo, discorrer sobre os materiais didáticos na EJA, dando foco ao livro didático, bem como trazer o debate da importância do Programa Nacional do Livro Didático.

3.1 Materiais didáticos na EJA

Quando tratamos da EJA, a importância dos materiais didáticos configura-se como ainda mais urgente, pois muitos alunos retornam à escola após um longo período afastados do ambiente educacional, o que pode resultar em lacunas significativas em seu conhecimento e habilidades. Além disso, muitos deles enfrentam desafios específicos de aprendizagem, como dificuldades de leitura, falta de familiaridade com conceitos básicos e limitações de tempo devido a obrigações familiares ou profissionais.

Dentre os diversos materiais disponíveis no ambiente escolar, o livro didático se destaca como um recurso essencial, especialmente na condução de um ensino eficaz. Ao contrário de livros poéticos ou de receitas, o livro didático desempenha um papel específico ao orientar as práticas de ensino na interação entre professor e aluno. Assim, o livro didático é um instrumento indispensável no processo de ensino e aprendizagem e auxilia o professor no modo de transmitir o conhecimento de forma estruturada e eficaz.

Apesar dos avanços tecnológicos nos meios de comunicação e ensino, e da vasta gama de materiais de apoio curricular disponíveis, o livro didático continua sendo o recurso mais amplamente utilizado no ensino escolar. É por meio dele que o professor organiza, desenvolve e avalia seu trabalho pedagógico em sala de aula, enquanto o aluno o utiliza como um dos principais elementos na sua interação com a disciplina.

Os livros didáticos constituem em muitos ambientes escolares, sobretudo no universo do ensino público brasileiro, a principal quando não única ferramenta do processo de **letramento** não só dos alunos (e muitas vezes de suas famílias,) como também dos próprios docentes, cuja formação é reconhecidamente precária, insuficiente (Bagno, 2013, p.7).

Em muitas escolas, os livros didáticos são, de fato, a principal ferramenta para o processo de alfabetização e letramento não apenas dos alunos, mas também de suas famílias. Muitas vezes, os pais têm acesso aos livros dos filhos e aprendem junto com eles. Além disso, é importante destacar que os livros didáticos também podem ser uma fonte significativa de aprendizado para os próprios professores, especialmente em contextos nos quais a formação docente é inadequada ou insuficiente, uma vez que fornecem aos professores orientações, sugestões de atividades e até mesmo conhecimentos específicos sobre os conteúdos a serem ensinados.

O livro didático se destaca como um instrumento considerável no processo de ensino, especialmente no contexto do ensino da Língua Portuguesa. Ele desempenha um papel importante ao incentivar o envolvimento dos alunos com a leitura, além de facilitar o trabalho com habilidades cognitivas e interpretação de textos. Tanto para os alunos quanto para os professores, o LD é uma ferramenta útil, pois fornece recursos para esclarecer dúvidas e tem o objetivo de promover o aprendizado de forma mais eficaz. Bunzen (2005, p. 5) diz que “os livros didáticos de português são peças fundamentais para um conjunto de práticas escolares que envolvem tanto o trabalho docente como relações mais amplas com a cultura escrita.” Assim, os Livros Didáticos:

(...) vem atender a interesses de uma esfera de produção e de circulação e que, desta situação sócio-histórica de produção, retira seus temas (os objetos de ensino carregados de valor ideológico), formas de composição para uma expectativa interlocutiva específica (professores e alunos das escolas públicas e privadas, o editor, os avaliadores do Ministério) e um estilo didático próprio (Bunzen, 2005 p. 13).

Nesta perspectiva, compreende-se que os livros didáticos não são produtos neutros, mas sim moldados por interesses específicos ligados à esfera de produção e circulação. Isso influencia os temas abordados, a composição e até mesmo o estilo didático adotado. Os LDs são, portanto, influenciados por valores ideológicos e por dinâmicas sociais e históricas. Esta visão ressalta que os LDs não são apenas ferramentas educacionais, mas também produtos culturais e mercadológicos, que refletem as condições e os contextos nos quais são produzidos.

Nesse sentido, para que a qualidade do LD seja assegurada, existe uma política complexa através de um programa governamental que serve de instrumento da garantia do material aos alunos de ensino público, beneficiando alunos, professores, e escolas, e em específico, a modalidade EJA que é o retrato da inclusão do Brasil profundo e estigmatizado para dentro da educação. A seguir serão abordadas suas principais características e contribuições.

3.2 Plano Nacional do Livro Didático e EJA

O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) é um programa do governo federal que atua na seleção e distribuição de livros didáticos para todas as áreas do conhecimento nas escolas públicas do país. Através do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

(FNDE), o governo investiu 1,9 bilhão de reais em 2021, possibilitando a produção de mais de 100 milhões de exemplares, impactando significativamente a educação brasileira (Brasil, 2022).

O Programa foi criado com outra denominação em 1937, tendo se aprimorado e se estendido por mais de 80 anos. Foram adquiridos 1.846 títulos diferentes para todo território nacional ao longo dos anos. Os livros são utilizados por três anos consecutivos para depois ser realizado outro procedimento de compra (Brasil, 2022). Esse processo trienal se dá pela complexidade e estrutura que o PNLD possui, ou seja, faz-se necessário realizar um trabalho minucioso para contemplar o sistema educacional público brasileiro. Assim, os alunos beneficiados revezam o material para a turma subsequente durante esse ciclo de três anos.

Através do PNLD, é possível assegurar que todos os alunos matriculados na rede pública de ensino em todo o país tenham acesso aos materiais necessários. Isso não apenas possibilita a disseminação do conhecimento, mas também fomenta a promoção da igualdade de oportunidades e o aprimoramento das condições educacionais. Assim, o PNLD desempenha um papel fundamental na busca pela equidade educacional, garantindo que os recursos didáticos essenciais estejam disponíveis independentemente da região ou contexto socioeconômico.

Os livros didáticos passam por um rigoroso processo de seleção antes de chegarem às mãos dos alunos. Esse processo é centralizado e gerenciado pelo Ministério da Educação (MEC) e pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), seguindo as diretrizes estabelecidas em editais. Esses editais definem as especificações técnicas dos materiais e os prazos para cada etapa do processo. Além disso, contam com a participação ativa de professores e escolas, garantindo que os critérios estabelecidos estejam alinhados com os documentos oficiais de educação. Esse processo consiste em: publicação do edital, inscrição das obras, avaliação pedagógica, escolha das obras, negociação, produção gráfica, distribuição, e por fim, o uso do material em sala de aula (Brasil, 2014).

O programa é regido por leis e diretrizes educacionais, incluindo os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Esses documentos estabelecem os conteúdos e competências essenciais que devem ser abordados no processo de ensino e aprendizagem. Portanto, o PNLD garante que os conteúdos previstos nos PCNs e na BNCC sejam incorporados nos livros didáticos, assegurando que estejam alinhados com as diretrizes educacionais estabelecidas pelo governo. Dessa forma, os LDs

contribuem para a implementação efetiva do currículo escolar e para a promoção da qualidade da educação no país.

A avaliação pedagógica tem por objetivo garantir o padrão de qualidade dos materiais distribuídos pelo governo federal às escolas públicas, observando se os livros obedecem aos critérios estabelecidos em edital, às diretrizes educacionais estabelecidas na Base Nacional Comum Curricular e observem a legislação vigente no país. (Brasil, 2021)

Através desse processo, busca-se assegurar que os livros didáticos e outros materiais didáticos atendam aos critérios estabelecidos nos editais de seleção, bem como às diretrizes educacionais definidas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e à legislação vigente no país. Essa avaliação alinhada aos objetivos educacionais estabelecidos, é crucial para garantir que os materiais disponibilizados nas escolas ofereçam um conteúdo pedagogicamente adequado, e que atendam às necessidades dos estudantes, de modo a contribuir para a melhoria da qualidade da educação.

No que se refere ao ensino de Língua Portuguesa, o PNLD segue os critérios estabelecidos pela Base Nacional Comum Curricular, que são divididos em quatro eixos (Brasil, 2014):

- Oralidade: Promoção as iniciativas visando a oralidade, buscando o processo de comunicação, diálogos, exposições, exposições de demais gêneros orais;
- Leitura: Foco na preparação de leitores, respeitando a diversidade de gêneros textuais, das interpretações e do envolvimento de conteúdos literários;
- Escrita: Processo de construção de habilidade de produzir texto com clareza, respeitando a coesão, a coerência, e a convergência do gênero referido;
- Análise Linguística: Entendimento sobre os elementos linguísticos, conciliando a gramática considerando o sentido levantado nos textos apresentados;
- Variedades linguísticas: A valorização das propriedades das variedades linguísticas, inclusive as diferentes formas de diversidade linguística falado no Brasil;

Sobre o LD autorizado pelo PNLD:

(...) desde logo, que são todos **bons** livros didáticos, que constituem material *recomendável* para o ensino de língua portuguesa nas escolas públicas e que apresentam, todos eles, *qualidades* que justificam sua inclusão no programa de compras do governo (Bagno, 2013, p.7).

Nesse contexto, os livros didáticos aprovados pelo programa representam recursos de alta qualidade para o ensino da Língua Portuguesa, demonstrando conformidade com os rigorosos critérios estabelecidos. Ao serem incluídos no programa de compras do governo, esses materiais recebem um reconhecimento oficial de sua eficácia e utilidade no apoio ao processo de ensino e aprendizagem. Essa validação reforça sua importância como ferramentas pedagógicas confiáveis, contribuindo significativamente para o aprimoramento da educação.

No entanto, é importante reconhecer que a qualidade de um LD pode variar de acordo com diferentes perspectivas e contextos educacionais. Embora os livros autorizados pelo PNLD possam ser considerados bons, é fundamental que os educadores e gestores escolares também realizem uma avaliação crítica desses materiais, levando em consideração as necessidades específicas de seus alunos e o alinhamento com os objetivos educacionais.

Dito isso, é essencial manter uma abordagem reflexiva e crítica em relação à seleção e utilização desses materiais, garantindo que atendam de forma eficaz às demandas e expectativas do contexto educacional em que serão aplicados.

Assim, a formulação de políticas educacionais é essencial e um processo contínuo, já que os investimentos do governo desempenham um papel crucial na sustentação desse caminho. O desenvolvimento do PNLD requer recursos para sua implementação, destacando a necessidade de políticas consistentes que priorizem investimentos na educação. Esta continuidade de políticas voltadas para a educação é fundamental para garantir que esse processo não seja interrompido, assegurando assim um progresso contínuo na área educacional.

Em 2010, pela primeira vez, o programa incorporou uma iniciativa voltada para a EJA, conforme estabelecido pela Resolução nº 51, de 16 de setembro de 2009. Com essa medida, o PNLD começou a fornecer livros didáticos para as turmas do 1º ao 9º ano do Ensino Fundamental da EJA, marcando um avanço significativo na inclusão dessa modalidade educacional no programa. (Brasil, 2022)

Essa ampliação caracteriza-se como uma grande conquista no âmbito da educação, sobretudo no que diz respeito aos aspectos inclusivos que esta deve conter. Além de apoiar o discurso de inclusão, respeito, igualdade e equidade, contribui para que esses alunos tenham acesso a materiais avaliados e certificados para contribuir no processo de aprimoramento da educação ofertada.

Em 2011, o Ministério da Educação inaugurou o processo de avaliação das obras didáticas para a EJA, da Alfabetização aos Anos Finais do Ensino Fundamental. Naquele momento, tinha-se em mente a possibilidade de obras em formatos variados, no esforço para acolher e agregar a diversidade de propostas voltadas para essa modalidade de ensino. Agora, em 2014, duas novidades foram acrescentadas ao processo de seleção: a inclusão de coleções voltadas para o Ensino Médio e a inserção de materiais virtuais como objeto de análise. (Brasil, 2014, p.9)

O objetivo dessa iniciativa foi garantir que essa modalidade também tenha direito e acesso a livros com qualidade, assim como é feito nos livros didáticos nas demais modalidades da Educação Básica. Desse modo, essa decisão é considerada um marco no avanço do aprimoramento do ensino para a Educação de Jovens e Adultos, que “é constitutivo de toda prática educativa e cultural ser uma ação humana, de sujeitos humanos, daí estar marcada pela diversidade de experiências culturais dos sujeitos que dela participam (Arroyo, 1998, p.165).

Nesse sentido, cabe destacar a centralidade dos sujeitos humanos no processo de ensino e aprendizagem. Isso implica considerar não apenas o conteúdo curricular, mas também as histórias de vida, os conhecimentos prévios e as diferentes identidades culturais dos alunos. Na EJA, em particular, os alunos frequentemente trazem consigo uma ampla variedade de experiências e bagagens culturais, e é fundamental que os educadores estejam sensíveis a essa diversidade. Ao reconhecer e valorizar as diferentes experiências culturais dos alunos, os educadores podem criar ambientes de aprendizagem mais inclusivos e significativos, nos quais os alunos se sintam respeitados e representados.

Pensando nisso, as mudanças no sentido da inclusão são importantes para a formação de uma EJA mais inclusiva e de boa qualidade pois ressalta a importância e o reconhecimento de livros que considerem as características dessa modalidade.

A entrada da EJA no PNLD foi uma conquista e uma iniciativa que motivou o avanço da modalidade. No entanto, é importante observar que a última versão do programa destinada à EJA foi em 2014 (Brasil, 2022). Essa lacuna na atualização dos materiais se deu em parte devido a mudanças políticas, como o impedimento do governo da então Presidente Dilma Rousseff, levando Michel Temer a assumir a Presidência da República em 12 de maio de 2016, conforme documentado por Cosme (2016).

Esse cenário trouxe decisões políticas que impactaram negativamente a EJA, pois com o PNLD suspenso para a modalidade, o público para o qual se destina foi privado do acesso a materiais com a qualidade que é assegurada pelo programa.

No ano de 2017, os livros didáticos ficaram com os alunos, pois, como a atualização é feita a cada 3 anos e como o Governo Federal não realizou a aquisição de novos livros destinados à EJA através do PNLD, os estudantes que entraram posteriormente não conseguiram ter acesso a livros didáticos verificados pelo programa (Saldana, 2016).

Essa falha não apenas prejudicou os estudantes que ingressaram na EJA naquele ano, privando-os do acesso aos materiais essenciais de aprendizado, mas também demonstrou uma falta de compromisso com a educação inclusiva e de qualidade por parte dos governos que tomaram poder após isso.

É importante ressaltar que a EJA atende a um público com características e desafios específicos, necessitando de recursos pedagógicos diferenciados. A falta de atualização do PNLD impede a progressão e o desenvolvimento de políticas públicas que promovam a qualidade da educação para essa população.

A Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2018, sancionada pelo então Presidente da República, vetou a verba complementar de 1,5 bilhão ao Fundeb (Araújo, 2018), o que impactou os investimentos na Educação Básica, acarretando na retirada da EJA do PNLD.

Durante quase uma década, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) enfrentou a ausência de inclusão no Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). No entanto, uma virada positiva ocorreu no edital de 2023, sob a administração do presidente atual, Luís Inácio Lula da Silva. Neste edital, destinado à compra de livros para o ano letivo de 2024, o programa finalmente reintegrou os livros didáticos da EJA à seleção destinada à Educação Básica. Essa mudança marca um retorno significativo ao reconhecimento e ao apoio à EJA como parte integral do sistema educacional brasileiro, proporcionando aos alunos dessa modalidade o acesso aos recursos didáticos essenciais para o seu aprendizado e desenvolvimento acadêmico.

Diante do exposto e considerando os critérios de seleção do PNLD, assim como o contexto histórico e social dos alunos da EJA, é essencial destacar o papel do livro didático em seu cotidiano. Este deve fortalecer o compromisso com esses alunos, oferecendo material escolar de alta qualidade, tanto teórica quanto metodologicamente, alinhado com os avanços das ciências da linguagem e da educação. Além disso, deve contribuir para uma política de ensino e para a construção da cidadania. (Bagno, 2017).

Assim, o exercício da inclusão da Sociolinguística Educacional nos livros didáticos é o demonstrativo de um reconhecimento da diversidade linguística pertencente a sociedade brasileira, do combate aos preconceitos e do respeito as diferentes formas de expressão. Tema

esse que trataremos, a seguir, da importância da Sociolinguística Educacional no contexto da EJA.

4. SOCIOLINGUÍSTICA EDUCACIONAL E O CONTEXTO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Desafiando certos aspectos das teorias estruturalista de Saussure (1916) e gerativista de Chomsky (1957), ambas retratando a língua como uma estrutura uniforme, a sociolinguística emerge em 1964 com as iniciativas de William Brith e a realização da conferência sobre a sociolinguística, o linguista norte-americano William Labov, introduzindo a concepção de língua como um fenômeno vivo e diversificado, sujeito a mudanças ao longo do tempo. Nessa visão, a língua adquire identidades regionais específicas e características que refletem as formações sociais dos indivíduos em cada área onde a oralidade é praticada. A fala, por sua vez, manifesta particularidades influenciadas por diversos fatores sociais (Calvet, 2018, p.20-21 e 22.).

Considerado um dos pioneiros da sociolinguística, o linguista William Labov exerceu um papel fundamental nos estudos voltados ao contexto social e cultural dos falantes, as variações linguísticas, e no entendimento de que a língua não se trata de um sistema estático.

O empirismo da língua, ou seja, a sua utilização de forma real, caracteriza a Sociolinguística. Além de reconhecer a língua como um sistema heterogêneo, cuja diversidade é moldada pela comunidade que a utiliza, essa abordagem desafia as teorias anteriores que enfatizavam a homogeneidade linguística. Em vez disso, defende que a linguagem é plural e composta por regras variáveis. Em outras palavras, a atividade linguística dos falantes incorpora a diversidade da língua (Bagno, 2004, p.22).

Essa ideia contrasta com a visão das teorias anteriores, que tendiam a retratar a língua como um sistema homogêneo e estático. Ao reconhecer a heterogeneidade da língua e sua dependência do povo que a utiliza, a sociolinguística desafia a concepção de uniformidade linguística defendida por teorias anteriores. Desse modo, compreende-se que língua é plural e dinâmica, composta por regras variáveis que refletem as práticas linguísticas de diferentes comunidades e grupos sociais. Essa abordagem destaca a importância de considerar a diversidade linguística e cultural ao analisar a atividade linguística dos falantes. Ela reconhece

que a língua não é um sistema fixo, mas sim uma entidade fluida e em constante evolução, moldada pelas interações sociais e contextos específicos de uso.

O falante obtém identidade personalizada em sua atividade e sabe utilizar suas competências em situações diversas, o indivíduo sabe como e onde poderá utilizar termos, palavras, sabendo escolher qual será capaz de exercer a linguagem (Bagno, 2014). Portanto, a linguagem é um resultado das práticas comunicativas, uma identidade social, que se molda em diferentes formas das interações, e está em constante transformação.

Assim, o indivíduo possui competências para utilizar a linguagem em diversas situações, sabendo escolher quais termos e palavras serão mais adequados. Essa habilidade demonstra não apenas o domínio da linguagem, mas também a compreensão das nuances sociais e contextuais envolvidas na comunicação. Além disso, podemos compreender que linguagem é um reflexo da sociedade, moldando-se e transformando-se constantemente de acordo com as práticas comunicativas e interações sociais. Essa visão ressalta a importância da linguagem como um elemento dinâmico e multifacetado na construção da identidade individual e coletiva.

A teoria abrange a perspectiva sincrônica e nos permite estudar as variações que surgem ao longo do tempo. Assim, foi reconhecida a necessidade de estudar não somente a língua, mas língua e sujeito que a fala. Enquanto estudos anteriores negligenciavam a importância da fala, a sociolinguística reconhece que os estudos da língua devem transcender o mero foco na palavra.

O ser humano é essencialmente social e utiliza a língua como uma ferramenta para expressar seus ideais, pensamentos e discursos, tanto os individuais quanto os coletivos da sua comunidade. Cada pessoa possui uma forma única de se comunicar, e cada falante contribui para a evolução e aprimoramento da linguagem. Nesse sentido, podemos afirmar que a língua desempenha um papel central na apresentação da identidade cultural do ser humano.

Vale ressaltar que a sociolinguística objetiva compreender a causa da questão entre linguagem e sociedade e promove o fundamento da diversidade linguística, não somente sobre as questões das regras de linguagem, mas principalmente as questões da manifestação linguística entre comunidades, grupos, povos, etc.

Os grupos sociais apresentam variações em suas linguagens e a teoria da variação estabelece que a língua é um instrumento social sujeito a mudanças. Essa abordagem marca os fatos linguísticos como entidades teóricas, os quais são descritos variavelmente por meio de um método teórico-metodológico. Ao contrário das propostas gerativistas e estruturalistas,

que representavam os fatos linguísticos de forma estática e categórica. Marca a luta assumida contra práticas discriminatórias, esse método teórico-metodológico considera as regras que descrevem a variação linguística (Calvet, 2018, p.8-9).

Ao investigar como as diferentes comunidades, grupos e povos se manifestam linguisticamente, a sociolinguística oferece apontamentos valiosos sobre a diversidade cultural e identitária. A maneira como as pessoas se comunicam reflete não apenas suas origens geográficas ou étnicas, mas também suas experiências sociais e culturais únicas. Portanto, ao promover o estudo da diversidade linguística, a sociolinguística contribui para uma compreensão mais profunda das identidades individuais e coletivas dentro de uma sociedade multicultural.

Dentro do campo da sociolinguística surge a Sociolinguística Educacional, que foi desenvolvida por Stella Maris. Essa linha de raciocínio teoriza que os fatores sociais dentro da sala de aula também são considerados dentro da análise linguística, antes ignorado. A linguista investiga não só a língua, mas também os fatores que influenciam a prática da oralidade e a busca do letramento (Bagno, 2004).

Dentro do campo educacional, a Sociolinguística busca compreender como os fatores sociais, culturais e identitários influenciam o uso da linguagem em contextos de aprendizagem. Ao reconhecer que cada indivíduo possui um modo único de comunicação e que a linguagem é constantemente modificada e aprimorada pelos falantes, a Sociolinguística Educacional valoriza a diversidade linguística presente nas salas de aula.

Portanto, considera-se que essa teoria é configurada como uma abordagem inclusiva que reconhece e respeita as variedades linguísticas trazidas pelos alunos, considerando suas origens, experiências e pertencimentos culturais. Além disso, ela também busca compreender as interações entre linguagem e sociedade no contexto escolar, investigando como as práticas linguísticas dos alunos refletem e são influenciadas pelo ambiente social e cultural em que estão inseridos. Isso envolve não apenas questões relacionadas às regras gramaticais da língua, mas também as formas de manifestação linguística entre diferentes comunidades, grupos e povos presentes na escola.

A Sociolinguística Educacional desempenha um papel crucial na promoção da igualdade na educação, analisando as diversas formas e usos da língua em diferentes contextos sociais. Esta abordagem científica busca desenvolver práticas pedagógicas que considerem as particularidades linguísticas de cada grupo social, visando garantir uma educação mais inclusiva e equitativa.

Nesse sentido, a Sociolinguística Educacional reconhece a complexidade das interações linguísticas em ambientes educacionais, levando em conta variáveis como classe social, cultura, contexto familiar e histórico educacional dos alunos. Esses fatores influenciam diretamente a prática da oralidade e a busca pelo letramento, ou seja, a aquisição e desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita. Compreender essas influências sociais é fundamental para uma prática educacional mais eficaz e inclusiva. Ao considerar os contextos socioculturais dos alunos, os educadores podem adaptar suas estratégias de ensino para atender às necessidades específicas de cada grupo, promovendo assim um ambiente de aprendizagem mais significativo e engajador.

Bagno (1999) enfatiza que a teoria contradiz a concepção de uma forma única e imutável da linguagem, reconhecendo que esta se manifesta de maneiras variáveis e está sujeita a constantes transformações. Ele destaca as interações e o impacto social que influenciam os padrões de fala. Portanto, é essencial ressaltar que não há uma fala melhor ou superior do que outra e que todas as formas são igualmente objetos de análise sociolinguística. Assim:

[...] não existe nenhuma variedade nacional, regional ou social que seja intrinsecamente “melhor”, “mais pura”, “mais bonita”, “mais correta” que outra. Toda variedade linguística atende às necessidades da comunidade de seres humanos que a empregam. [...] Toda variedade linguística é também o resultado de um processo histórico próprio, com suas vicissitudes e peripécias particulares (Bagno, 1999, p. 64).

Segundo Bagno (1999), a variação linguística é um processo natural que ocorre em diferentes escalas de tempo, incluindo médio, curto e longo prazo. Essas variações podem ser observadas em termos geográficos, históricos, sociais e institucionais. O professor destaca a existência do preconceito linguístico em nosso país e argumenta que o ensino deve estar voltado para a prática, levando em conta essas variações. Ele ressalta que a variação linguística ocorre porque o princípio fundamental da língua é a comunicação, e os falantes desenvolvem formas de acordo com suas necessidades comunicativas. Portanto, essa diversidade linguística não pode ser desconsiderada.

A consequência cultural desse processo histórico é que, no senso comum, a palavra linguagem foi usada exclusivamente para designar esse modo literário idealizado, enquanto todos os usos práticos, principalmente a linguagem falada, foram relegados à categoria errada.

Segundo o professor, a consciência da diversidade linguística remonta à antiguidade, quando os primeiros estudiosos da língua grega tentaram sistematizá-la para fins didáticos e

críticos. No entanto, expressaram uma percepção negativa de que essa diversidade é um obstáculo à unidade territorial e à difusão da língua. Foi nesse período, por volta do século III a.c., que surgiu a disciplina de gramática com o objetivo explícito de construir um modelo de língua além da variação e de usar instrumentos linguísticos como ferramentas de controle social.

A crítica do professor Bagno incide sobre o preconceito linguístico que permeia a sociedade, especialmente devido à ênfase no ensino voltado para a gramática normativa, o qual restringe o universo linguístico. Ele argumenta que um povo apresenta distintos traços de identidade, sendo a língua um dos mais marcantes, uma vez que ela fortemente influencia a personalidade de uma nação. Bagno ressalta que a língua está sujeita a variações ao longo do tempo, dependendo do grau cultural e das formas de aplicação verbal pelos indivíduos. E essa diversidade linguística não pode ser desconsiderada.

O que persiste, segundo o professor Bagno, é que o ambiente escolar ainda é tipicamente conservador, e que editoriais insistem em contribuir com a permanência do que ele chama de perverso ciclo vicioso, a Santíssima Trindade da educação brasileira: pedagogia conservadora, livros didáticos, e a gramática normativa.

O LD, segundo o pesquisador, integra ao que chama de “Santíssima Trindade da educação brasileira”, por seu histórico de conteúdo voltado a redução da língua portuguesa a exclusiva gramática normativa, o material, importante instrumento educacional, também sofre redução no que se refere à sua utilização.

Ao manter a gramática normativa como padrão absoluto e desconsiderar as variações linguísticas, o sistema educacional pode perpetuar divisões sociais e reforçar hierarquias de poder. Ao centrar o ensino na gramática normativa e nos livros didáticos que a promovem, o ambiente escolar muitas vezes exclui ou desvaloriza outras formas de expressão linguística, o que pode marginalizar grupos sociais que não se enquadram nesse padrão linguístico dominante.

Isso pode contribuir para a reprodução de desigualdades e a manutenção de um sistema em que certos grupos detêm o controle sobre a linguagem, enquanto outros são subjugados ou marginalizados. Desse modo, a crítica de Bagno destaca não apenas a perpetuação de um ciclo vicioso na educação brasileira, mas também a relação intrínseca entre linguagem, poder e dominação.

É fundamental repensar o papel da linguagem na educação e na sociedade como um todo, reconhecendo e valorizando a diversidade linguística como parte essencial da identidade

e da cultura de diferentes grupos sociais. Isso pode contribuir para uma educação mais inclusiva e emancipatória, que reconheça e respeite as múltiplas formas de expressão e comunicação.

Dentro desse contexto, uma das principais missões da Sociolinguística Educacional é integrar a análise da diversidade linguística ao ambiente escolar, incluindo a consideração das linguagens utilizadas por grupos estigmatizados. Essa abordagem, conforme proposta por Bagno (2004), visa proporcionar oportunidades para que esses grupos sejam incluídos no processo de letramento, oferecendo aos educadores ferramentas para facilitar o acesso a esse caminho. Nesse sentido, os professores são encorajados a respeitar e reconhecer as diversas formas de linguagem presentes na sala de aula, levando em conta as variações linguísticas associadas a uma ampla gama de fatores, incluindo idade e sexo, mesmo dentro de um mesmo grupo social.

Conforme compreendido por Stella Maris Bordoni-Ricardo, é fundamental iniciar um debate acerca da língua portuguesa para auxiliar no desenvolvimento da competência comunicativa dos alunos. A pesquisadora destaca a importância de abordar os estranhamentos linguísticos, nos quais, tanto o professor, mais familiarizado com a linguagem culta, quanto o aluno, ainda não exposto a outros tipos de linguagem além de seu próprio estilo de oralidade, podem se sentir deslocados.

Outro ponto destacado pela autora é o fenômeno da transição do ambiente familiar para o ambiente escolar, no qual o aluno precisa se adaptar de uma cultura predominantemente oral, do lar, para uma cultura mais voltada para a escrita, do ambiente escolar. Esse processo, conhecido como cultura de letramento, pode gerar inseguranças linguísticas, especialmente quando o domínio do lar, marcado pelo afeto e espontaneidade, é confrontado com as normas consideradas cultas, muitas vezes reforçadas por professores conservadores.

Nesse contexto, a Sociolinguística Educacional surge como uma ferramenta para considerar a oralidade dos alunos, permitindo que sejam exploradas as diversas formas de variação e estilos linguísticos. Dessa forma, é possível promover um ambiente escolar mais inclusivo e acolhedor, que valorize a diversidade linguística dos estudantes e contribua para o desenvolvimento de suas habilidades comunicativas. (Ricardo, 2004, p. 33)

Em seu livro “Sete erros aos quatro ventos: a variação linguística no ensino de português”, Bagno (2013) elenca equívocos encontrados no ensino de Língua Portuguesa. Dentre os erros, é elencada a falsa sinonímia do que ele cita entre “norma-padrão” =

norma-culta", o que não é correto pois norma padrão é o ideal linguístico a ser alcançado, é o modelo aristocrático, é a norma prescrita pelos gramáticos, exigida pelos concursos, documentos oficiais e vestibulares. A norma padrão é uma estrutura que, muitas vezes, é utilizada como ferramenta de preconceito linguístico e essa construção leva a crença de ser superior as demais variedades existentes, e sua utilização é instrumento de discriminação perante os demais que não possuem a habilidade de utilizar a norma padrão.

A norma culta, por sua vez, refere-se à variedade linguística utilizada por pessoas letradas, que buscam se adequar aos padrões estabelecidos pela norma padrão. Esta é considerada uma variedade de prestígio, adotada por indivíduos com habilidades de leitura e escrita, porém, não deve ser confundida com a norma-padrão, pois são distintas.

Para Bagno (2013), o conceito de norma padrão consiste em uma idealizada construção fundamentada nas regras gramaticais que são considerados corretas para a comunicação formal, e que está diretamente associada à elite tanto social como cultural, “é uma ideia de mente, uma ideologia linguística, uma instituição social” (Bagno, 2013, p.62).

Os docentes e todos que estão envolvidos com trabalho da educação precisam nutrir a conscientização no que diz respeito à diversidade linguística, como também, em relação às questões que são criadas a partir do preconceito linguístico (Ricardo, 2004).

Outro erro citado por Bagno (2004) é a negação da variação estilística, que consiste na variação da língua no que se refere ao contexto em que se está sendo falado. Um exemplo simples que pode ser mencionado é o modo de comunicação de uma entrevista de emprego, de uma audiência judicial, e uma conversa descontraída de amigos.

Faraco (2008) destaca a relevância de entender a língua como uma manifestação social e de constante transformação, reiterando que a língua não pode ser vista como um instrumento que não está sujeito as alterações, e ressalta que a norma culta não deve ser tratada como algo estável, mas sim, como uma construção social.

Bagno (2004) conscientiza que tal variação acontece de forma natural e que esse fenômeno ocorre em todas as partes do mundo, mas essa variação tem sido historicamente desconsiderada na aplicação do ensino de língua portuguesa, acostumada a valorizar as questões que se refere à norma culta.

A resistência em reconhecer a variação estilística da linguagem pode causar inseguranças nos alunos em relação às suas formas de falar e escrever. Essa insegurança pode, por sua vez, contribuir para o preconceito linguístico que se caracteriza pela discriminação

contra pessoas que utilizam formas linguísticas divergentes da norma padrão, consideradas inferiores.

Para evitar esses problemas, o linguista (2004) sugere que o ensino leve em conta a variação estilística. Isso implica não apenas ensinar sobre diferentes variedades linguísticas, incluindo a norma culta, mas também considerar o uso da língua em diversos contextos. É fundamental compreender a natureza heterogênea da língua, desmitificando a concepção de homogeneidade ligada à norma padrão.

Bortoni-Ricardo (2004) ressalta que a relação entre a pluralidade cultural e a diversidade linguística precisa ser discutida. As variações são um fenômeno natural e não podem ser vistas como um problema. A autora afirma que o ensino deve trabalhar o debate da diversidade linguística de modo a promover a inclusão social.

Na sala de aula, como em qualquer domínio social, encontramos grande variação no uso da língua, mesmo na linguagem da professora que, por exercer um papel de ascendência sobre seus alunos, está submetida a regras mais rigorosas no seu comportamento verbal- e não verbal (Bortoni-Ricardo, 2004, p.25).

A sociolinguística educacional se interessa justamente por essa diversidade linguística e seus impactos no contexto educacional. Ao observarmos a linguagem dos professores, percebemos que eles ocupam uma posição de autoridade e influência sobre os alunos. No entanto, essa autoridade não implica necessariamente em uniformidade linguística. Pelo contrário, os professores também podem apresentar uma variedade de estilos e registros linguísticos influenciados por sua própria formação, contexto social e cultural, entre outros fatores.

A Sociolinguística Educacional investiga como essas diferentes formas de linguagem dos professores podem afetar a comunicação e o aprendizado dos alunos. Por exemplo, um professor que utiliza uma linguagem mais formal pode ser percebido como mais autoritário, enquanto um professor que adota uma linguagem mais próxima dos alunos pode ser visto como mais acessível e facilitador da aprendizagem.

Bagno (2004) aponta que as pesquisas da professora Stella Maris Bortoni-Ricardo, uma das pioneiras do movimento da Sociolinguística Educacional no Brasil, afirmam que a educação brasileira é influenciada por um estudo rígido da língua e uma abordagem formal, focada na norma culta. Contrariamente à essa perspectiva, a autora questiona a ideia de

imutabilidade da língua, a concepção de certo e errado, bem como a valorização do português falado no Brasil, defendendo uma abordagem sociolinguística mais engajada e inclusiva.

Bagno (2004) destaca que os estudiosos da língua têm se dedicado à pesquisas e elaborações teóricas que estão mais próximas da realidade linguística, especialmente em relação ao português brasileiro. Ele ressalta que, no contexto da sociolinguística militante, o objetivo é garantir que os brasileiros não letrados tenham acesso à cultura letrada. O professor enfatiza a importância de compreender a realidade da língua brasileira e valorizar sua diversidade linguística por meio de pesquisas teóricas que se aproximem mais da realidade. Nesse contexto, os linguistas têm desempenhado um papel fundamental nesse processo.

Faraco (2008) defende que a língua portuguesa transcende as meras questões gramaticais, sendo intrinsecamente entrelaçada com aspectos culturais e políticos. Ele enfatiza que a língua não é apenas um conjunto de regras objetivas, mas sim uma expressão complexa de identidade cultural que abarca uma realidade multifacetada.

Essa perspectiva de Faraco é particularmente relevante para a EJA, na qual os alunos trazem consigo uma bagagem cultural diversificada e uma experiência de vida que molda sua relação com a linguagem. Nessa modalidade, é crucial reconhecer que o ensino da Língua Portuguesa não pode se limitar apenas à gramática normativa, mas deve incorporar elementos que digam respeito a pluralidade cultural e social dos alunos.

Ao alinhar as especificidades da EJA com as ideias de Faraco, é importante adotar abordagens pedagógicas que valorizem e respeitem as diferentes experiências e trajetórias dos alunos. Isso pode incluir atividades que permitam a expressão e o compartilhamento de narrativas pessoais, o uso de materiais didáticos que representem diversas culturas e contextos sociais e a promoção de discussões sobre temas relevantes para a comunidade em que os alunos estão inseridos.

Ao reconhecer a língua como uma manifestação de identidade cultural e social, os educadores da EJA podem criar ambientes de aprendizado mais inclusivos e significativos, onde os alunos se sintam motivados a participar ativamente do processo de ensino e aprendizagem da língua portuguesa.

Bagno (2013) destaca a importância de manter a norma-padrão, porém, de uma maneira diferente do que tem sido feito até então. Ele argumenta que é fundamental mostrar as variedades linguísticas e seu funcionamento, demonstrando que elas fazem parte da língua portuguesa, pois isso ajuda a desmistificar o preconceito linguístico.

Dado o exposto, seguiremos, na próxima seção, com as análises dos dados coletados a partir dos livros didáticos.

5. ANÁLISE DE DADOS E DISCUSSÃO

Como já explicitado na metodologia, foram analisados dois livros didáticos utilizados na Escola Municipal Senador Ruy Carneiro, que circularam em duas épocas distintas, no município de Jacaraú-PB.

Para fins de organização cronológica, iniciaremos a análise a partir do LD 1, que foi publicado em 2014, produzido e aprovado pelo PNLN, com foco de análise para o 6º ano.

Para analisar o LD 1, utilizamos o questionário desenvolvido pelo professor Bagno (2007) retirado do livro "Nada na Língua é Por Acaso", seguido abaixo, juntamente a lista de perguntas considerados como parâmetros indicados pelo autor.

5.1 Análise realizada do livro 1 a partir do questionário elaborado por Bagno (2004):

1. O livro didático trata da variação linguística?

R: Sim, podemos encontrar o assunto de variação na UNIDADE 1 na página 27: “Diferentes variedades do português são faladas de Norte a Sul do Brasil. Para entender essa grande diversidade no modo de falar a mesma língua, é preciso olhar para a nossa história, para a maneira como nosso idioma se formou” (Aoki, 2014, p.27).

Segundo Bagno (2004), o LD que não aborda estas questões não estará alinhado com as propostas mais atuais dos estudos da língua, e com as diretrizes de ensino.

2. O livro didático menciona de algum modo a pluralidade de línguas que existe no Brasil?

R: Sim, o LD menciona as variedades regionais, variedades sociais, e situacionais, presentes nas páginas 27 e 28.

Bagno (2004) o Brasil abriga mais de 210 línguas que coexistem com o Português, isso evidencia nossa multilinguismo e que o monolinguismo faz parte de um autoritarismo histórico elitista.

3. O tratamento se limita às variedades rurais e/ou regionais?

R: Não, o LD expande a discussão para as variedades situacionais, sociais, evidenciando a existência de preconceito linguístico.

4. O livro didático apresenta variantes características das variedades prestigiadas (falantes urbanos, escolarizados)?

R: Sim, no final da página 28 o LD expõe a questão da língua de prestígio, realizando comparações e reflexão sobre o preconceito linguístico.

5. O livro didático separa a norma padrão da norma culta (variedades prestigiadas) ou continua confundindo a norma padrão com uma variedade real da língua?

R: O LD ainda persiste confundir ao igualar norma culta e variedade padrão, presente no fim da página 28.

6. O tratamento da variação no livro didático fica limitado ao nível sotaque e ao léxico, ou também aborda fenômenos gramaticais?

R: O LD fica limitado a questão das mudanças do léxico e sotaque, não entra na discussão em que as variações também obtêm de um sistema organizado.

7. O livro didático mostra coerência entre o que diz nos capítulos dedicados à variação linguística e o tratamento que dá aos fatos de gramática? Ou continua, nas outras seções, a tratar do “certo” e do “errado”?

R: O LD de maneira adequada expõe o capítulo de variação linguística, evidencia as questões de preconceito linguístico,

8. O livro didático explicita que também existe variação entre fala e escrita, ou apresenta a escrita como homogênea e a fala como lugar do erro?

R: O material expõe a variação entre fala e escrita e apresenta a língua de maneira heterogênea, apresenta o conteúdo conforme explicado por autores da sociolinguística.

9. O livro didático aborda o fenômeno da mudança linguística? Como?

R: Não, o LD menciona que a língua se modifica historicamente, mas não explica detalhes sobre os conceitos de evolução da língua, o português de regência conservadora em comparação com a regência atual, por exemplo.

10. O livro didático apresenta a variação linguística somente para dizer que o que vale mesmo, no fim das contas, é a norma padrão?

R: Não, o LD explica na página 28 que dependendo das situações as variações são utilizadas, que é o que ocorre com a variação situacional explicado no LD, o material também ressalta a utilização e os níveis de formalidade exigidas nas ocasiões.

5.2 Comentário a partir do questionário realizado do LD 1:

Podemos encarar a identificação de cinco acertos dos dez indicados pelo questionário de Bagno no LD 1 como um ponto positivo, indicando que o material apresenta menos inconsistências do que poderia ter. Isso sugere que houve uma consideração maior em relação às questões sociolinguísticas durante sua produção ou seleção. No entanto, isso também nos mostra que ainda há espaço para melhorias.

No que diz respeito à Sociolinguística Educacional, nas páginas 26 a 29 do capítulo 01, pudemos encontrar com clareza alguns aspectos da Sociolinguística Educacional. Nestas páginas, foram identificados textos e conceitos que exemplificam e ilustram as variedades linguísticas, destacando as múltiplas formas de expressão oral.

Já no fim da página 26, identificamos um poema que retrata a linguagem proferida tipicamente por sertanejos nordestinos ou habitantes de zona rural. No contexto da Sociolinguística Educacional, é importante avaliar como o LD reconhece e valoriza as variedades linguísticas presentes na sociedade, incluindo aquelas associadas a grupos sociais marginalizados, como os habitantes rurais com baixa escolaridade.

O poema em questão pode servir como um ponto de partida para explorar e compreender essa variedade linguística específica, apresentando aos alunos uma perspectiva autêntica e contextualizada da linguagem falada por esses indivíduos.

Nesse sentido, pode-se destacar também como a linguagem é um reflexo da identidade cultural e social dos sertanejos nordestinos, corroborando a visão de Faraco (2008) sobre a língua como uma manifestação complexa e multifacetada. Com isso, ao integrar essa perspectiva na análise do LD, os educadores podem promover uma compreensão mais ampla e inclusiva da língua portuguesa, reconhecendo e valorizando as diversas formas de expressão linguística presentes na sociedade.

Além disso, a análise sociolinguística do LD pode identificar lacunas ou preconceitos linguísticos presentes no material, destacando a importância de uma abordagem mais sensível e respeitosa em relação às variedades linguísticas dos alunos. Isso pode incluir sugestões de atividades que incentivem os alunos a explorar e compartilhar suas próprias experiências linguísticas e culturais, contribuindo para um ambiente de aprendizado mais inclusivo e enriquecedor.

Assim, é fundamental refletir sobre a variação linguística, reconhecendo as dinâmicas de poder presentes na sociedade e combatendo formas de dominação e preconceito que ocorrem por meio da linguagem (Brasil, 2015). Além disso, é importante compreender as relações entre fala e escrita em diferentes gêneros textuais. É essencial reconhecer que a linguagem não é neutra, mas sim influenciada por diversos contextos sociais, culturais e políticos. Por exemplo, algumas variedades linguísticas são associadas a grupos sociais específicos e podem ser estigmatizadas, o que contribui para a marginalização e exclusão desses grupos.

No poema, Patativa do Assaré utiliza uma linguagem simples e marcada pela oralidade do sertão, representando a cultura e as experiências do povo nordestino. Essa variedade linguística, muitas vezes estigmatizada pela norma culta, é uma expressão autêntica da identidade e da resistência desse grupo social.

Ao relacionar a citação com o poema, podemos perceber como a linguagem utilizada por Patativa do Assaré desafia as estruturas de poder que marginalizam as formas linguísticas consideradas "inferiores" pela norma culta. O poeta, ao dar voz à linguagem do povo nordestino, combate ativamente as formas de dominação e preconceito que se manifestam na e pela linguagem.

Na palavra "oitubro", presente no texto mencionado, podemos identificar uma forma de falar que, do ponto de vista linguístico, não pode ser considerada um erro. Segundo Bagno, essa variação faz parte dos recursos linguisticamente legítimos potencialmente presentes na língua.

Bagno (2017) explica que a noção de "erro" não tem relação com a linguística, mas sim, com um (pseudo)conceito estritamente sociocultural, que decorre das avaliações preconceituosas que pessoas privilegiadas lançam sobre outras classes sociais.

Nesse sentido, normas linguísticas impostas como padrão, muitas vezes, refletem o poder de determinados grupos sobre outros, reforçando hierarquias sociais existentes. No entanto, é importante notar que a simples reflexão sobre a variação linguística não é suficiente para combater as formas de dominação e preconceito. É necessário agir de forma proativa para promover uma linguagem mais inclusiva e equitativa em todos os aspectos da sociedade, incluindo a educação, os meios de comunicação e a política linguística. Isso envolve não apenas reconhecer e respeitar as diferentes formas de linguagem, mas também desafiar ativamente as estruturas de poder que perpetuam a exclusão linguística.

Seguiremos, abaixo, com as análises.

Na página seguinte, o conteúdo continua a abordar as variedades linguísticas, destacando-as e oferecendo orientações ao professor em um espaço destacado em vermelho. Essas orientações instruem o professor a promover debates em sala de aula e fornecem um questionário para que os alunos pesquisem informações sobre palavras típicas das diferentes regiões.

O livro orienta o professor a realizar um compartilhamento de variedades linguísticas das suas respectivas regiões de origem e, de forma respeitosa, explicar que a caracterização exagerada ou debochada é um tipo de preconceito que precisa ser evitado, pois “o estudante, enquanto cidadão, precisa desenvolver a capacidade de realizar formas de interação verbal, atuar através da fala e da escuta, em diferentes domínios sociais”.

Bordini-Ricardo (2004) ressalta que:

Ao chegar à escola, a criança, o jovem ou o adulto já são usuários competentes de sua língua materna, mas têm de ampliar a gama de seus recursos comunicativos para poder atender às convenções sociais, que definem o uso linguístico adequado a cada gênero textual, a cada tarefa comunicativa, a cada tipo de interação (Bortoni-Ricardo, 2004, p. 75).

A autora defende um ensino que promova a habilidade linguística em diversos contextos, reconhecendo a escola como uma oportunidade para compreender e compartilhar essas diferentes formas de linguagem, o que abre possibilidades de compartilhamento sociocultural.

A página 27 elenca os tipos de variação, regional e social, diretamente relacionada com a realidade da EJA, retratando a identidade linguística dos alunos em questão, a discussão facilita no processo de pertencimento de classes estigmatizadas e abre caminho para o processo do letramento.

Bagno (2007) argumenta que é mais sensato buscar compreender as razões das mudanças linguísticas e conviver tranquilamente com elas. Ele enfatiza que nenhuma forma de falar está definitivamente estabelecida, mas sim em constante transformação. Além disso, o autor destaca que a língua é um processo contínuo de construção e desconstrução, um trabalho incessante realizado pelos falantes.

Na página 28, o LD continua explicando os tipos de variedades linguísticas, introduzindo a variedade situacional. Esta se refere à linguagem que varia de acordo com diferentes situações e contextos, como o uso da linguagem em reuniões de negócios,

conversas com amigos ou entrevistas de emprego. Nestes cenários, a formalidade da língua pode ser aplicada com maior ou menor intensidade, dependendo das circunstâncias.

Em seguida, lança uma pergunta opinativa no que diz respeito a utilização ou não da linguagem formal. O LD conduz o professor a levar a reflexão aos alunos, para que percebam as diferenciações sobre os modos de falar. Este exercício está considerando a variação estilística mencionada por Bagno (2013).

Após a reflexão, na página 28, o LD apresenta o conceito “*norma culta ou variedade padrão*” para levar o entendimento da variedade de prestígio aos alunos, porém repete a confusão que os LDs costumam cometer ao tratar os dois termos como sinônimos. Segundo Bagno (2007) norma culta é aquela variedade de língua mais adequada para situações formais de escrita, não é considerada uma variedade. Já a variedade padrão consiste no simples emprego de termos como variação padrão, variante culta, variedade formal, já indicam equívoco conceitual.

A principal consequência dessa indiferenciação vai ser a armadilha que as autoras e autores de LD montam para si mesmas quando atribuem a “informalidade” ou, pior, à “linguagem popular”, diversos usos perfeitamente incorporados às normas urbanas de prestígio, faladas e escritas, inclusive em textos formais (Bagno, 2013, p. 76).

O autor continua ressaltando que esta confusão não permite que se realize uma descrição minimamente realista do que é realmente o português utilizado pelo brasileiro urbano culto, para que assim, seja apresentado para os alunos.

No fim da página 28 do LD podemos observar que as questões de preconceito linguístico são mencionadas. O trecho ressalta o cuidado que os alunos devem obter no trato com as variações, que pode ser considerado um aspecto favorável no que se refere à condução que o LD faz na apresentação das variações aos alunos.

Vejamos o que ocorre na página 29:

Assim, concluindo a explanação das variedades linguísticas apresentadas no livro didático, este finaliza a seção abordando o debate sobre o preconceito linguístico. Recomenda-se que o professor conduza uma discussão com a turma sobre suas experiências pessoais, questionando se os alunos já vivenciaram situações de preconceito linguístico e como isso os fez sentir.

O livro recomenda também que se faça um debate para que se dissolva questões que possam ocasionar preconceito e, no último quesito, o LD aborda a questão do aprendizado

sobre o conteúdo explicado, ressaltando a conscientização mediada pelo professor aos alunos, para que não ocorra a discriminação das pessoas que utilizam as variedades.

5.3 Análise realizada do livro 2 a partir do questionário elaborado por Bagno (2004):

1. O livro didático trata da variação linguística?

R: Sim, na página 35, o LD apresenta o conteúdo de variação linguística, “a Língua Portuguesa é dinâmica, ou seja, pode ser falada de diversas maneiras. Dependendo da região as pessoas se comunicam de uma forma diferente”. (Eureka, 2020, p.35)

2. O livro didático menciona de algum modo a pluralidade de línguas que existe no Brasil?

R: Sim, prosseguindo na página 35, o LD mostra o texto intitulado: *Evocação de Recife*, de Manuel Bandeira texto que busca a compreensão da língua falada no Brasil, em seguida mostra a tirinha de Chico Bento, com destaque para as palavras: “inté”, “dispois”, “tamém”, e promove um questionário no intuito de evidenciar as diferenças das variações.

3. O tratamento se limita às variedades rurais e/ou regionais?

R: Porém mostrar apenas variações pertencentes ao público interiorano, sertanejo, dá margem para o preconceito linguístico.

4. O livro didático apresenta variantes características das variedades prestigiadas (falantes urbanos, escolarizados)?

R: O assunto não é mencionado.

5. O livro didático separa a norma padrão da norma culta (variedades prestigiadas) ou continua confundindo a norma padrão com uma variedade real da língua?

R: O assunto não é mencionado em nenhum momento.

6. O tratamento da variação no livro didático fica limitado ao nível sotaque e ao léxico, ou também aborda fenômenos gramaticais?

R: O assunto não é mencionado em nenhum momento.

7. O livro didático mostra coerência entre o que diz nos capítulos dedicados à variação linguística e o tratamento que dá aos fatos de gramática? Ou continua, nas outras seções, a tratar do “certo” e do “errado”?

R: O assunto não é mencionado em nenhum momento.

8. O livro didático explicita que também existe variação entre fala e escrita, ou apresenta a escrita como homogênea e a fala como lugar do erro?

R: O assunto não é mencionado em nenhum momento.

9. O livro didático aborda o fenômeno da mudança linguística? Como?

R: O assunto não é mencionado em nenhum momento.

10. O livro didático apresenta a variação linguística somente para dizer que o que vale mesmo, no fim das contas, é a norma padrão?

R: O LD inicia o conteúdo e depois mescla o assunto de gramática com a variação linguística.

A falta de repertório no que se refere a aplicação da sociolinguística educacional neste LD analisado, ressalta a importância do PNLD seja também direcionado para o público da EJA, para que assim se busque a igualdade de qualidade dos conteúdos oferecidos, e se tratando do público desta modalidade podemos observar a multiculturalidade inserida, não dá para resumir variação rural e urbana.

5.4 Comentário a partir do questionário realizado do LD 2:

Como podemos verificar de imediato, o LD 2 atende apenas 2 dos 10 questionários indicados por Bagno (2004), o que, já o deixa em “desvantagem” em relação ao LD 1. Essa realidade pode estar ligada ao fato de o LD 2 não ter sido submetido ao Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), confirmando assim, a hipótese de que os livros que passam pelo programa estão mais em consonância com aspectos atuais no que diz respeito aos estudos em educação, da linguística e sociolinguística.

Na primeira unidade, intitulada "As várias formas de comunicação", na página 8, o livro didático apresenta um conteúdo importante para os alunos, que consiste em um texto explicativo sobre os tipos de linguagem. Embora o livro enfatize a comunicação humana, não aborda a variação linguística. Em vez disso, concentra-se nos tipos de linguagem, tais como verbal, gestual e visual, o que auxilia na compreensão das diversas formas de comunicação.

O LD expõe aos alunos a diversidade no que se refere às formas de linguagem, porém os conceitos de variação, preconceito linguístico, conceito de linguagem culta, não são encontrados neste exemplar. Verifica-se que, após a explicação dos tipos de linguagem, o conteúdo segue direcionando os alunos aos conceitos metalinguísticos.

Esses elementos servem como introdução para, posteriormente, abordar os conceitos da Sociolinguística Educacional. O objetivo é levar os alunos a compreenderem sua inserção na língua e na cultura, mas de uma forma pouco contextualizada.

Na página 35, o livro didático levanta uma questão acerca do uso da linguagem. Além disso, os alunos são convidados a mencionar outros tipos de linguagem de comunicação. Esse questionário visa estimular a compreensão dos alunos sobre a importância da comunicação e expandir sua percepção sobre as diversas formas de expressão linguística. Na página 35, o livro didático aborda o tema da variação linguística de forma breve e superficial. São mencionadas as diferentes formas de falar, enfatizando que não devem ser consideradas como erro, e destacando a questão do preconceito linguístico. Em seguida, é apresentado um texto que critica a maneira de falar das pessoas. Por fim, é proposto um questionário reflexivo sobre as variações linguísticas, no entanto, pode-se perceber que a discussão é direcionada apenas para questões gramaticais.

O livro didático comete o erro que o autor Bagno destaca ao associar a variação linguística exclusivamente a públicos de baixa escolaridade e reduzir o fenômeno linguístico às variedades rurais. Além disso, o LD, de forma implícita, promove exercícios que privilegiam a norma culta, sugerindo a ideia de que escrever de acordo com essa norma é a forma correta.

Nesse sentido, após análise, pôde-se identificar que o LD 1, que foi aprovado pelo PNLD, apesar de possuir alguns erros, sai em vantagem em relação ao LD 2, que foi comprado na ausência do programa. Desse modo, podemos considerar que o PNLD faz uma grande diferença no que diz respeito à qualidade dos livros que chegarão aos alunos.

Por fim, explanaremos nossas considerações finais do estudo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho analisou dois livros didáticos de Língua Portuguesa da EJA para verificar suas abordagens dos aspectos sociolinguísticos e a importância de o LD ser submetido ao PNLD.

O primeiro livro didático analisado obteve um resultado positivo em relação às abordagens sociolinguísticas. Os conteúdos apresentados, a relevância nos fóruns e diálogos propostos pelo LD, assim como os exercícios e a explanação sobre a variação linguística, visam aprimorar a compreensão dos alunos, o que representa um resultado satisfatório.

No segundo LD analisado, é identificável a escassez de conteúdos voltados à variação linguística, que poderiam apresentar mais elementos como: a distinção da norma padrão e norma culta, a apresentação da variação estilística, a apresentação da diversificação cultural. Além disso, seria vantajoso oferecer mais atividades que permitissem aos alunos identificar e refletir sobre a utilização da língua em diferentes contextos sociais.

No que se refere à sociolinguística, os livros analisados possuem abordagens diferentes. O primeiro livro levanta mais elementos ligados a variação e entendimento heterogêneo da língua. Já no segundo LD, foi percebida uma abordagem mais superficial sobre o entendimento de língua, evidenciando assim a importância de um LD que seja elaborado e/ou adquirido por meio do PNLD.

A abordagem sociolinguística no ensino de Língua Portuguesa é crucial para que os alunos entendam que a língua não é um elemento estático e imutável, como ensinado na pedagogia conservadora. Pelo contrário, é um sistema que se adapta às mudanças sociais e reflete a identidade dos grupos que a utilizam. Essa compreensão promove o respeito cultural e linguístico, levando a uma melhor compreensão mútua.

Para uma abordagem mais adequada da sociolinguística no ensino da Língua Portuguesa na EJA é necessário que os livros didáticos apresentem os seguintes aspectos (Bortoni-Ricardo, 2004, p.38): O combate ao preconceito linguístico inserido no ensino de Língua Portuguesa, uma abordagem mais afetiva no que diz respeito a prática da oralidade e letramento, uma abordagem contextualizada da língua, destacando a sua relação com a sociedade, abordagem relacionando língua e sociedade, buscando contextualizar estes

elementos, e a abordagem da importância entre língua e diversidade cultural, levantando uma visão crítica da língua.

A visão sociolinguística no ensino de Língua Portuguesa na EJA é crucial para o letramento, pois este é considerado um processo complexo que envolve o desenvolvimento de habilidades de interpretação social, cultural e cognitiva, além da compreensão textual e da produção escrita. Esse trabalho ajuda os alunos a entenderem seu lugar no mundo e as possibilidades que têm à disposição (Bagno, 2007, p.19-18).

Ele então sugere algumas recomendações: Os livros didáticos devem ser apresentados sem a errônea sinonímia entre norma - padrão e norma culta, considerar a variação estilística, ou seja, o funcionamento da língua em diversas situações, é necessário à validação e elucidação de sua funcionalidade, devem deixar o engano em classificar a língua padrão como variedade, considerar o fenômeno da variação linguística às variedades rurais, e não reduzir de forma taxativa estes falantes como pouco escolarizados.

Os livros didáticos devem apresentar um ensino que não possua uma concepção de heterogeneidade de escrita, abandonar o termo “regra” para se referir unicamente às determinações impostas pela tradição normativa, considerando as regras das normas “não-padrão”, deixar a prática de exercícios que insistem na substituição de um termo para passar para a norma culta, vale ressaltar que esta prática endossa o discurso de superioridade da norma culta, de melhor ou mais adequado.

Tais recomendações são relevantes para que os livros didáticos possam apresentar uma educação voltada à democracia, à inclusão na EJA, e ao desenvolvimento do letramento dos alunos. É importante destacar também que os livros didáticos são um entre tantos outros meios de ensino que auxiliam o professor, e que os docentes precisam utilizar da criatividade e se prepararem para abordar o ensino de forma multimodal para que os alunos tenham uma abordagem qualificada.

No que se refere à EJA, essa modalidade atende a uma população diversificada, com diferentes bagagens culturais, experiências de vida e níveis de escolaridade. Nesse sentido, a Sociolinguística Educacional permite que os professores compreendam e valorizem as diferentes variedades linguísticas presentes na sala de aula, evitando preconceitos linguísticos e promovendo um ambiente inclusivo.

Além disso, a Sociolinguística Educacional auxilia no desenvolvimento do letramento, que vai além da simples aquisição de habilidades de leitura e escrita. O letramento na EJA envolve a compreensão dos textos em seu contexto social e cultural, a capacidade de

interpretar e produzir textos de diferentes gêneros e a reflexão sobre a própria prática de leitura e escrita. A abordagem sociolinguística permite que os alunos compreendam a relação entre língua, cultura e poder, capacitando-os a se tornarem cidadãos críticos e participativos.

Em virtude do que foi evidenciado através do estudo e das recomendações anteriores, podemos sugerir outras recomendações:

Levantar discussões sobre a variação linguística e diversidade cultural em sala de aula, levar aos alunos a experiência de diferentes formas de falas, oralidade e variação, atividades que evidencie as utilizações da língua em diferentes contextos da sociedade.

Ao promover esses requisitos, os professores podem contribuir para que os alunos desenvolvam uma compreensão respeitosa da língua e adquiram habilidades para o letramento.

Além das recomendações específicas para os livros didáticos e para os professores, é importante destacar também a necessidade de uma política pública de educação linguística mais inclusiva e democrática. Essa política deve garantir que todos os alunos, independentemente de sua origem socioeconômica ou cultural, tenham acesso à uma educação linguística de qualidade.

Destacamos também a importância de políticas públicas que visem além do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), garantindo um ensino qualificado e inclusivo para todos os alunos, independentemente de sua condição socioeconômica ou cultural. É essencial que todos os estudantes tenham acesso a um ensino de língua portuguesa com conteúdo científico atualizado.

Portanto, é fundamental que o Estado invista na formação contínua de professores e na produção de materiais didáticos que os auxiliem na superação dos desafios presentes no ensino da língua, especialmente em modalidades como a Educação de Jovens e Adultos (EJA).

REFERÊNCIAS

AMADO, João. **Manual de investigação qualitativa em educação**. Imprensa da Universidade de Coimbra. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10316.2/35271>>. Acesso em: 12 de março de 2024

ARAÚJO, Carla. **Temer veta verba extra para educação básica**: UOL, 2018. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/noticias/agencia-estado/2018/01/02/temer-veta-verba-extra-para-educacao-basica.htm>. Acesso em: 30 de dezembro de 2023.

BAGNO, M. **Sete erros aos quatro ventos: a variação linguística no ensino de português**. São Paulo: Parábola Editorial, 2013.

BAGNO, Marcos. **Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística**. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

BORTONI-RICARDO, S. M. **Manual de Sociolinguística**. São Paulo: Editora Contexto, 2014.

BORTONI-RICARDO, S. M. **Português brasileiro, a língua que falamos**. São Paulo: Parábola Editorial, 2021.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Educação em Língua Materna: a Sociolinguística em sala de aula**. São Paulo: Parábola, 2004.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**.

BRASIL. Ministério da Educação. **Guia do livro didático 2020: séries/anos finais do Ensino Fundamental**. Brasília, MEC/SEF, 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. *Guia de Livros Didáticos EJA 2014*. Brasília, 2014.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). Língua Portuguesa**. Ensino Fundamental. Terceiro e quarto ciclos. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: Língua Portuguesa.** (ensino de 5ª a 8ª série). Brasília: Secretaria de Educação Fundamental, 1997.

BUNZEN, C. Livro didático de língua portuguesa: um gênero do discurso. Campinas, SP:UNICAMP, 2005. (Mestrado em Estudos da Linguagem), do Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, 2005.

CALVET, Louis-Jean. **Sociolinguística: uma introdução crítica.** São Paulo. Parábola, 2002.
COELHO, Izete Lehmkuhl. et al. **Para conhecer sociolinguística.** São Paulo: Contexto, 2015.

Constituição (1934) **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil.** Rio de Janeiro, 1934. Disponível em
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao34.htm>. Acesso em 20 de dezembro de 2023.

COSME, Marcelo. Michel Temer assume a presidência da República até dezembro de 2018: G1.com, 2016. Disponível em:
<https://g1.globo.com/hora1/noticia/2016/09/michel-temer-assume-presidencia-da-republica-at-e-o-final-de-2018.html>. Acesso em: 30 de dezembro de 2023.

FARACO, C. A. **Norma Culta Brasileira: desatando alguns nós.** São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

FREIRE. P. **Pedagogia do oprimido.** 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FRIEDRICH et.al. **Trajetória da escolarização de jovens e adultos no Brasil: de plataformas de governo a propostas pedagógicas esvaziadas.** Ensaio: avaliação das políticas públicas educacionais. Rio de Janeiro, v. 18, n. 67, p. 389-410, abr./jun. 2010.

HISSA, D. L. A. SOUSA, N. O. **A Pedagogia dos Multiletramentos e a BNCC de Língua Portuguesa:** diálogos entre textos. Revista (Con)Textos Linguísticos, Vitória, n. 29, p. 565-583, 2020.

MARTINS, M. A.; VIEIRA, S. R.; TAVARES, M. A. (Orgs.) **Ensino de português e sociolinguística.** São Paulo: Contexto, 2014.

NEGREIROS, D. S. **Sujeitos da EJA.** Pós Graduação em EJA. Porto Velho: Instituto Federal de Rondônia, 2015.

SALDANA, Paulo. Temer deixa alunos jovens e adultos sem livros no começo de 2017: Folha de São Paulo, 2016. Disponível em:
<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2016/10/1824471-temer-deixa-jovens-e-adultos-sem-livros-no-comeco-de-2017.shtml>. Acesso em: 30, de dezembro de 2023.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico.** 23. ed. rev. atual. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, J. E.V. **Modos de fazer da pesquisa acadêmica**: descrição de uma experiência em análise de materiais didáticos de língua italiana. Revista UFRJ, Rio de Janeiro, v. 1 n. 2, 2016.

SILVA, José Maria da; Silveira, Emerson Sena da. **Apresentação de trabalhos acadêmicos**. Minas Gerais: Templo, 2006.

SOARES, M. B. **Letramento: um tema em três gêneros** 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

STRELHOW, T. B. **Breve história sobre a educação de jovens e adultos no Brasil**. revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.38, p. 49-59, jun.2010.

SOUZA, E. A. M. **História da Educação no Brasil: o elitismo e a exclusão no ensino**. Cadernos da Pedagogia. São Carlos, v. 12 n. 2, 2018.

www.gov.br, 2023. Disponível em:

<https://www.gov.br/fnde/pt-br/acao-a-informacao/legislacao/resolucoes/2009/resolucao-cd-fnde-no-51-de-16-de-setembro-de-2009-alterada-pela-resolucao-no-22-de-7-de-junho-de-2013>.

Acesso em: 30, de dezembro de 2023.

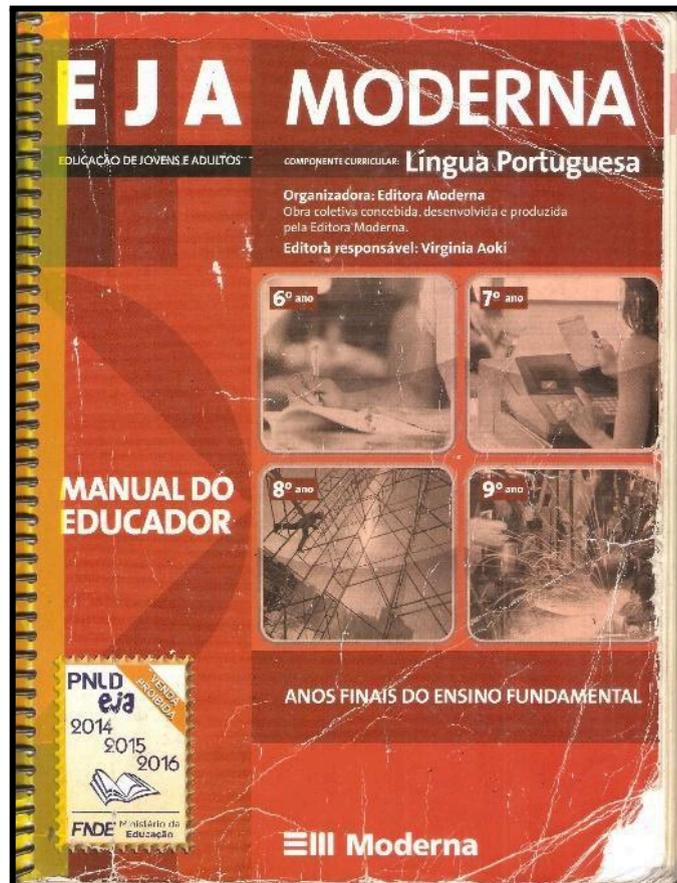
ZILLES, Ana M. S.; FARACO, Carlos A. **Pedagogia da variação linguística: língua, diversidade e ensino**. São Paulo: Parábola, 2015.

ZANETTE, M. S. **Pesquisa qualitativa no contexto da Educação no Brasil**. Educar em Revista, n. 65, p. 149–166, 2017.

ANEXOS

ANEXO A – LIVRO 1 ANALISADO PELO QUESTIONÁRIO ELABORADO POR BAGNO (2004):

Figura 1 – Capa LD 1 – EJA Moderna 2014



Fonte: Aoki (2014).

Figura 2 – Poema: Triste partida

Para refletir sobre a língua

Leia novamente o poema de Patativa do Assaré.

A triste partida

Setembro passou, com outubro e novembro,
 Já tamo em dezembro,
 Meu Deus que é de nós?
 Assim fala o pobre do sêco Nordeste
 Com medo da peste,
 Da fome feroz.

Como vimos, esse poema é escrito de um modo diferente, porque o autor reproduz a forma como algumas pessoas falam. Muitos brasileiros falam como ele escreveu, assim como outros podem falar de vários outros modos. Essas distintas formas de utilizar uma mesma língua recebem o nome de **variedades linguísticas**.

26

Fonte: Aoki (2014).

Figura 3 – Parte das variações - página 27

Variedades linguísticas

Diferentes variedades do português são faladas de Norte a Sul do Brasil. Para entender essa grande diversidade no modo de falar a mesma língua, é preciso olhar para a nossa história, para a maneira como nosso idioma se formou.

O português utilizado no Brasil recebeu influência de várias outras línguas e culturas. O idioma trazido pelos colonizadores portugueses coexistiu, desde o início, com dialetos e línguas de povos indígenas e africanos. Mais tarde, a língua foi influenciada também pelo idioma falado por italianos, japoneses, alemães e árabes, entre outros povos. O português que falamos hoje em dia, portanto, é resultado do contato com todas essas línguas e suas falantes.

Variedades regionais

Encontramos nas regiões brasileiras diversos modos de falar, os chamados variedades regionais. Podemos perceber, quando viajamos pelo país, diferentes modos de pronunciar as palavras e até mesmo de nomear as coisas. Mandioca, por exemplo, é chamada macaxeira no Norte e no Nordeste; no Sul, tangarina é chamada bergamota.

Variedades sociais

Além das variedades regionais, há as variedades sociais, que podem ocorrer quando pessoas de uma mesma região, mas de diferentes idades, sexo ou classes sociais apresentam diferenças no modo de falar. Por exemplo, os jovens criam formas para se comunicar que não são as que seus pais, avós ou professores utilizam.

As formas de falar específicas de um grupo social são chamadas de gírias. Às vezes, algumas gírias acabam fazendo parte do vocabulário da língua. Isso mostra como a língua pode ir se modificando com o tempo, em função das escolhas dos falantes de cada época.

1 Você conhece palavras típicas de determinada região do Brasil? Quais? Descreva pelo menos duas variedades de português faladas em diferentes regiões do Brasil. Explique as características principais de cada variedade e dê exemplos de palavras típicas de cada uma.

2 Você costuma usar gírias? Quais? Pessoas de idades diferentes da sua usam estas mesmas gírias no dia a dia?

27

Fonte: Aoki, (2014).

Figura 4 – Parte das variações – Página 28

usar a ideia a linguagem por definição
 → **Variedades situacionais** = K.A. = variedade de linguagem ou como o nome

Os usos de uma língua também podem variar de acordo com a situação em que estamos. Dependendo da circunstância ou da pessoa com quem falamos, por exemplo, empregamos um registro de maior ou menor formalidade. A esse tipo de variação na linguagem chamamos **variedade situacional**.



▲ É preciso adequar a linguagem à situação em que estamos.

3 Em sua opinião, quando é possível usar uma linguagem mais informal? E em que momentos é importante usar um registro mais formal? Por quê?
 Resposta pessoal. É importante que os alunos percebam que, entre amigos, falamos de modo descontraído, informal; nas situações de maior formalidade, como uma entrevista de emprego, procuramos receber palavras diferentes daquelas empregadas em uma conversa com os amigos ou familiares.

Situações de formalidade exigem o uso da linguagem formal. Portanto, é importante aprendermos algumas das regras de uso dessa linguagem, que devemos utilizar em entrevistas de emprego e em provas de concursos públicos, entre outras situações.

Norma culta ou variedade padrão

A variação linguística é um fenômeno natural que ocorre em todas as línguas. **Norma culta ou variedade padrão** é como se chama a variedade linguística de maior prestígio em determinada comunidade.

É comum que os falantes de uma comunidade linguística tenham a ideia de que o seu próprio modo de falar seja o "correto" e que as outras formas sejam "erradas". É importante ter cuidado para não fazer julgamentos negativos das variedades diferentes da que utilizamos. Debochar ou fazer gozações com as pessoas pelo modo como elas falam é uma forma de preconceito. Trata-se de **preconceito linguístico**, que ocorre quando alguém julga uma pessoa pela variedade linguística que ela utiliza.

28

Fonte: Aoki (2014)

Figura 5 – Questionário – Página 29

UNIDADE 1 – Identidade e pluralidade

4 Você já sofreu preconceito linguístico? Em que situação?
 Resposta pessoal. Possibilite que os alunos compartilhem com os colegas suas experiências, seus sentimentos e suas opiniões sobre esse assunto. Aproveite o momento para dissolver questões que possam ser causa de preconceito.

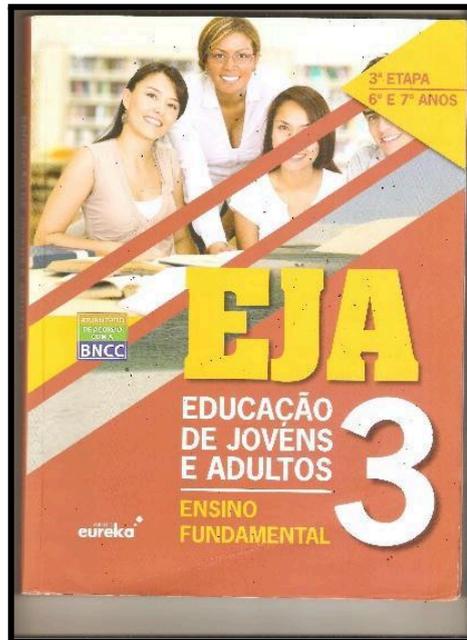
5 Considerando o que você aprendeu sobre variedade linguística, o que explicaria a uma pessoa que fizesse um julgamento negativo de outra devido à variedade linguística que esta utiliza?
 Orienta os alunos para que percebam que todas as variedades constituem sistemas linguísticos válidos quando são adequados às necessidades comunicativas dos falantes. Portanto, não se podem estigmatizar essas variedades e, sobretudo, não discriminar socialmente os indivíduos que as utilizam.

Para praticar

Fonte: Aoki (2014).

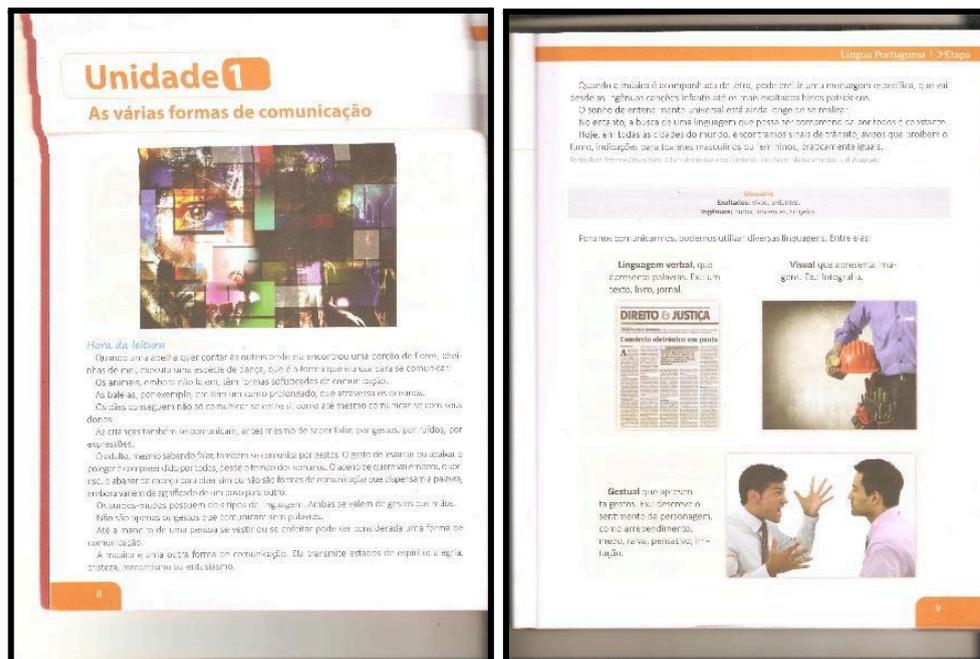
ANEXO B – LIVRO 1 ANALISADO PELO QUESTIONÁRIO ELABORADO POR BAGNO (2004):

Figura 6 – Capa LD 2 - Eureka



Fonte: Virgnon (2020).

Figura 7 – As várias formas de comunicação



Fonte: Virgnon (2020).

